



FL. N°  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. n°  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA

**PRESIDENTE: REIS**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 17 DE DEZEMBRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Sob a Presidência do Vereador Reis, declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: [www.camara.sp.leg.br](http://www.camara.sp.leg.br) link Auditórios Online.

Esta audiência tem por objetivo discutir as providências quanto à recente descoberta arqueológica de ossadas, datada da época da escravidão, enterradas no antigo Cemitério dos Aflitos no bairro da Liberdade.

Quero convidar para compor a Mesa: a Sra. Elisa Lucas Rodrigues, Secretária Executiva Adjunta da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; a Sra. Leila Maria França, arqueóloga; o Sr. Alexandre Teixeira Ramos, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial; a Sra. Verônica Aguiar Santos, Professora Doutora em Bioarqueologia; o Dr. Roberto Arcanjo, advogado e professor da PUC São Paulo; o Sr. Álvaro, engenheiro de fiscalização, representando o Subprefeito da Sé Eduardo Odloak; a Sra. Paula Nishida Barbosa, Supervisora do Centro de Arqueologia de São Paulo - Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura; e a Dra. Carmem Dora de Freitas Ferreira, Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo. (Palmas)

Vamos começar os nossos trabalhos. Eu vou passar a palavra, não sei se cinco minutos são suficientes para cada fazer a sua exposição. São suficientes cinco minutos? (Pausa) Vamos trabalhar com cinco minutos, podendo ser um pouquinho mais ou menos, dependendo do que cada um tem para falar sobre essa questão.

Deixo agora abertas às inscrições para o público que está presente possa fazer às suas manifestações. A secretaria que vai anotar: a pessoa levanta a mão, a secretária anota o nome e cada um terá cerca de três minutos pra fazer às suas considerações.

- Pausa.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Tudo bem, vamos acatar a sugestão do nosso sempre Deputado Estadual Adriano Diogo.

Quero aqui para anunciar a presença da Sra. Maria Aparecida Pinto, a Cidinha, Conselheira do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Primeiro a Mesa vai se pronunciar e depois o público, o plenário se manifesta. (Pausa)

Vamos passar a palavra para a Sra. Leila Maria França, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para sua exposição a respeito do tema.

**A SRA. LEILA MARIA FRANÇA** – Agradeço o convite. Em primeiro lugar, quero lhes dizer que não vim com nada pronto, até porque estou representando a minha Superintendente do IPHAN São Maria Cristina Donadelli Pinto.

Por outro lado, sou a profissional arqueóloga que está acompanhando o caso desde o começo, ou mais ou menos. Como já me perguntaram, eu não peguei o princípio da história. O IPHAN entrou quando ficou decidido que havia necessidade de uma pesquisa arqueológica local, com especialistas. Aí então o IPHAN entra com vistas a fazer o acompanhamento do projeto arqueológico a ser realizado. Então quando eu digo “desde o princípio”, é isso. O que aconteceu e o que motivou o estudo arqueológico é uma etapa anterior ao IPHAN. Tem gente, aqui nesta sala, nesta Mesa, como a Paula Nishida, que poderá explicar melhor.

Eu estou acompanhando e quero deixar claro que a minha presença não traz a opinião do arqueólogo, mas a opinião da instituição. Que o IPHAN apoia e assume o achado do terreno dos Aflitos como um achado de grande necessidade não só para a história de São Paulo como também para a história nacional. E o resgate da memória, que é a memória Inicial

daquele espaço, e o IPHAN assume, abraça a causa e está disponível para oferecer informações quaisquer que sejam necessárias do ponto de vista das discussões que vão ser realizadas.

Então eu agradeço, uma vez mais, ao convite.

Apenas isso: por que o IPHAN está lá? Porque a despeito de ser restos de pessoas, que merecem toda dignidade, são restos de um momento da história de São Paulo, da história do bairro da Liberdade, da memória de São Paulo e também do País. Por essa razão, do ponto de vista técnico, podemos qualificar como restos arqueológicos, mas não é só isso, porém, do ponto de vista técnico, é. Então a isso se resume a participação do IPHAN.

Nesse sentido, no sentido da memória – como diz a Constituição brasileira – são vestígios que remetem à identidade nacional, são referências portadoras de identidade, de memória. Por essa razão o IPHAN está participando. Sendo esses vestígios considerados da União, é o IPHAN o órgão que faz o acompanhamento do estudo de tudo isso. Nisso o IPHAN se resume, é nessa questão.

Ademais, eu acho que a nossa participação é no sentido de melhorar, de ampliar as discussões, apoiar as discussões inclusive do ponto de vista legal, naquilo que diz respeito ao patrimônio arqueológico e também às reivindicações de outras naturezas. E, na medida do possível, também estaremos ouvindo.

Eu penso que é isso, é um pequeno resumo.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Obrigado, Sra. Leila. Eu acho que seria importante ouvirmos a questão do patrimônio histórico, o DPH, a Secretaria Municipal de Cultura, por gentileza.

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** - Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar aqui, contar um pouco do nosso envolvimento nesse projeto. Eu venho representando a Diretora do Departamento do Patrimônio Histórico, Mariana Rolim. A Leila contou uma parte e eu vou contar o que aconteceu até chegar no momento das escavações.

No início do ano, o Conpresp aprovou o tombamento da Liberdade, ou seja, o DPH realizou um estudo nas áreas que tem relevância arquitetônica e histórica. E eu, como Supervisora do Centro de Arqueologia do Município, nós, junto com o Renato Manguiera - que está ali sentado - fizemos estudo de potencial de área de interesse arqueológico da Cidade e já sabíamos a partir de relatos de arqueólogos, que haviam trabalhado no Centro de Arqueologia Lúcia Juliane, o que havia ali, nós já sabíamos de relatos de achados arqueológicos na região. O Renato fez um estudo a partir do histórico da região, das narrativas da região, do relevo, da geomorfologia da região e elaborou uma área de interesse arqueológico na Liberdade.

Com base em mapeamento antigo e nesse histórico, foi verificado, nós sabíamos da história do cemitério, de um passado recente, mas que, aos poucos, foi camuflado com outras narrativas. Nós pensamos que uma área de interesse arqueológico viria justamente para fortalecer às narrativas do bairro.

Quando recebemos o pedido de autorização para fazer obras naquele local, vimos que se tratava de uma área com potencial arqueológico e aí solicitamos do proprietário do terreno que fizesse uma pesquisa arqueológica. Assim a empresa da Lúcia Juliane foi contratada e, de fato, os achados acabaram confirmando as nossas suspeitas de que, apesar de ser uma área extremamente urbanizada, ainda havia a possibilidade de encontrarmos vestígios humanos, vestígios que contassem essa narrativa. Então nós ficamos felizes por essas nossas hipóteses serem comprovadas.

Hoje estou aqui pra responder qualquer dúvida que vocês tenham, ou se quiserem a gente mostra o estudo que foi feito, que foi o que nos auxiliou a pensar nesse potencial arqueológico pra essa região. Então estamos aqui à disposição. Qualquer dúvida é só conversar com a gente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado. Também presente a Dra. Lúcia Juliane, nós vamos chamá-la pra fazer parte da Mesa e também para falar a respeito dessa

questão.

Eu vou pedir ao representante da Subprefeitura da Sé, ao engenheiro Álvaro para falar sobre a questão da ação das subprefeituras junto a essa questão, o que foi feito, o que está sendo feito e o que pode ser feito para garantir que haja preservação.

Convido o Frei David para fazer parte da Mesa.

**O SR. ÁLVARO** - Boa tarde. É um prazer estar aqui junto com vocês. O que nós colocamos à disposição, desde o começo, é que as pessoas nos comunicaram de ações no local, *a priori*, e que o projeto aprovado em Conpresp, Condephaat era pra uma reforma. E o proprietário, nessa reforma, alegou que o imóvel não tinha condição estrutural, e acabou demolindo o imóvel como um todo. Acabou acarretando então em embargo dessa demolição.

Num segundo instante e ainda mais perigoso, o proprietário descalçou todos os imóveis no entorno, entrou com pedido de obras emergenciais para contenção dos imóveis vizinhos. Foram autorizadas pelos órgãos nos órgãos de proteção histórica - tanto Conpresp quanto Condephaat e IPHAN - essas obras respeitando as áreas, respeitando o sítio arqueológico. Até o momento, nós estamos mantendo a fiscalização para que eles não fujam do que foi aprovado.

Então existe uma cooperação conosco até das pessoas que estão no entorno para qualquer coisa, tudo que for diferente daquilo que foi autorizado, para que nós tomemos providências em termos de fiscalização e embargue aquilo que não foi autorizado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Obrigado, Sr. Álvaro. Peço então que faça seu pronunciamento a Dra. Carmem Dora, representando a Ordem dos Advogados.

**A SRA. CARMEM DORA DE FREITAS FERREIRA** - Boa tarde, Vereador Reis, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta Mesa; boa tarde a todos os senhores que fazem parte da nossa resistência positiva e do movimento.

Entendemos que essa iniciativa é de valor bastante relevante, porquanto a verdadeira história dos negros sempre vem sendo dificultada, sempre vem sendo ocultada, não

vem sendo valorizada. Então nós precisamos fazer esse resgate, sim. Nós precisamos mostrar aqueles que tombaram na defesa da liberdade, da igualdade.

O espaço em que agora vêm aparecendo essas ossadas era um patrimônio nosso, era um patrimônio da negritude que deveria ter sido respeitado. Se não o foi e agora estão se fazendo estudos para um documentário do que representaram esses heróis que tombaram, temos que apoiar, sim, porque isso faz parte da história da negritude. Nossa história tem sido contada de forma oral e nada fica registrado, então agora é o momento de registrar.

Temos que ver essas ossadas, porque existe a informação de que ali era um cemitério. Tudo tem uma lógica, o porquê da Igreja dos Enforcados, que muitos negros foram ali sacrificados dessa forma. Tudo aquilo é um contexto, tem uma história que precisa ser conhecida e precisa ser valorizada.

A Comissão de Igualdade Racial da OAB de São Paulo também se preocupa com o resgate desses valores por ser uma questão de direito e de justiça, para fazer jus à dignidade e à memória dos que tombaram, que foram tão injustamente castigados, como nós sabemos. A história foi escrita pelo opressor, então ele contou a história que lhe interessava e não a verdade que nós sabemos que aconteceu.

Parabenizo todos os envolvidos, todos que fazem parte dessa resistência, desse resgate de valores.

Obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Dra. Carmem Dora de Freitas, representando aqui a Comissão de Igualdade Racial da OAB São Paulo.

Vou passar a palavra para a Sra. Verônica Aguiar Santos para fazer sua exposição a respeito do tema.

**A SRA. VERÔNICA AGUIAR SANTOS** - Boa tarde. Estou aqui como representante do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. O Diretor do Museu pediu que eu o representasse também pela minha proximidade com estudos de remanescentes

corporais humanos - é a maneira como me refiro a ossadas, como remanescentes dos corpos de outras pessoas -, talvez a evidência mais direta da vida dessas pessoas. A gente que trabalha com isso lê nos ossos um pouco das histórias pelas quais as pessoas passaram durante suas vidas.

Do ponto de vista arqueológico e da história da cidade de São Paulo é um achado muito importante, que conta outra história do bairro da Liberdade, uma história que não é a que aparece nos guias de turismo, que não é a que aparece na história oficial da ocupação da cidade de São Paulo, mas é uma história que é fundamental que seja contada. Estamos diante de uma oportunidade bastante importante de resgatar outros elementos da história da construção da cidade de São Paulo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado.

Passo a palavra à Sra. Lúcia Juliane.

**A SRA. LÚCIA JULIANE** – Boa tarde. É um prazer estar aqui. Sou a responsável pela pesquisa arqueológica no terreno. Agradeço ao Vereador Reis, que me convidou para esta audiência tempestivamente. Eu sei que não preparei uma fala, nada disso, mas tenho meu testemunho sobre os achados arqueológicos, sobre a importância que percebemos.

Eu já trabalhei no Patrimônio Histórico e sempre houve uma luta da equipe de arqueologia da Prefeitura de São Paulo para demonstrar que o solo arqueológico sobrevive embaixo dos edifícios, das construções, principalmente no centro da Cidade. A história pode ser apagada dos documentos, mas ela sobrevive no solo urbano. Então todo lugar em que um dia existiu algo importante para a memória, para a história das populações, dos diversos grupos que vivem em São Paulo tem que ser motivo de preocupação, de proteção e de um olhar arqueológico antes de modificações do solo. Esta sempre foi nossa luta e nesse sentido fico bem feliz de ver que a leitura que fazemos o solo da Cidade, o olhar que temos para a estratigrafia urbana é correto, e esse foi o caso.

As ossadas do antigo Cemitério dos Aflitos foram encontradas num lugar onde

existia um prédio, de três andares talvez, que foi ali edificado, ocupava o terreno todo. Teoricamente era de se esperar que nada tivesse sobrevivido, mas sobreviveu. Na década de 1980, durante a demolição para a construção de outro pequeno prédio, no mesmo Beco dos Afritos, apareceram ossadas humanas.

Isso só foi divulgado num pequeno jornal do bairro da Liberdade, um jornal da comunidade japonesa, oriental; não teve repercussão e não deve pesquisa arqueológica. Naquela época, a legislação de proteção do patrimônio arqueológico já existia, mas era muito mais frágil. O órgão tinha poder, mas não tinha atitude fiscalizadora, o Patrimônio Histórico, que é um órgão federal, ainda não tinha estrutura fiscalizadora, poder eles tinham. O Patrimônio Histórico Municipal, que está mais perto e que pode cuidar melhor e olhar esses detalhes da Cidade, também ainda não tinha o poder de atuação que tem hoje, uma estrutura de atuação. Então isso só foi registrado em um pequeno jornal e passou. Mas, a partir desse momento, quem estuda a Cidade, quem trabalha com gestão da Cidade sabia que era alta a probabilidade de ali aparecerem sepultamentos, por isso o DPH exigiu a pesquisa arqueológica. E deu certo nesse sentido, em termos de história.

A pesquisa arqueológica é necessária. A gente escava, retira coisas do solo para proteger, para estudar, para entender, para guardar. Aventou-se até a possibilidade de manter as ossadas no solo, e nós fomos os primeiros a dizer: “Impossível. Na primeira chuva, tudo aquilo vai se dissolver. Os ossos estão muito frágeis, fraturados, existia um edifício muito grande em cima deles”. Então não é coisa de hoje, mas eles estavam em um processo de decomposição bem importante.

Mas nós temos algum material que pode ser suficiente para uma leitura bem eficaz para nos trazer informações preciosas. Uma superimportante foi encontrar, junto ao pescoço de um dos indivíduos que encontramos, duas contas de vidro azul escuro, que tem uma simbologia na cultura africana, que nos faz pensar que aquele indivíduo era um escravo, era um africano, porque os brancos não usavam contas no pescoço. Provavelmente não era um

colar, porque eram duas contas. Um colega arqueólogo que trabalhou no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, junto ao Cais do Valongo, encontrou duas contas também e isso fazia parte da veste, da túnica que os escravos usavam. Achemos dentes que podem nos trazer informações, se conseguirmos fazer a análise de DNA, informações bem precisas sobre a origem, a etnia dessas pessoas.

Eu entendo que os ossos estão muito mais preservados indo para laboratório, tendo curadoria. Eles vão ficar sob a guarda do Centro de Arqueologia, cuja gestão é da Paula Nishida, então eles vão estar num espaço público, todos podem ter acesso para conhecê-los, até que se decida o contrário, e essa decisão é dos órgãos com a comunidade. Mas a princípio é esse o destino dos ossos, eles não vai sair da cidade de São Paulo, vão ficar num espaço público da Prefeitura.

No terreno onde nós escavamos conseguimos localizar nove indivíduos. Ainda é cedo para falar sobre a pesquisa arqueológica. Nós estamos construindo os dados, elaborando o relatório, vamos começar a análise dos ossos e das poucas peças que foram encontradas. Mas o que a gente achou interessante é assim: pensava-se que essas pessoas eram jogadas em vala comum após a morte, e isso não é verdade. A gente conseguiu ver que havia escavação de um espaço especial em que o corpo era colocado, não era jogado, porque todos estavam numa posição especial, em posições parecidas, com os pés voltados para a capela, algo que está associado ao respeito pelo sepultamento. É legal para a comunidade pensar que seus antepassados pelo menos, se sofreram muito em vida, tiveram um sepultamento digno. Não digo nem uma morte, porque não sei como eles morreram, se eles estavam entre os enforcados ou não, mas pelo menos tiveram um sepultamento digno.

Por enquanto é o que temos para falar. Naquele terreno não sobrou nenhum. Nós fizemos uma pesquisa bastante intensa, não tivemos nenhum impedimento por parte do proprietário. Ele estava atendendo a uma exigência do IPHAN, do DPH, claro, mas colaborou para a gente fazer a pesquisa e terminar a escavação. Agora, a gente percebeu ali no terreno

que tem ossos entrando embaixo dos prédios vizinhos, então esse cemitério se estende, ele é muito maior do que o terreno daquele prédio.

Era isso que eu tinha para falar, mas também estou à disposição para outras informações.

Obrigada, Vereador. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sra. Lúcia Juliane.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Teixeira Ramos, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

**O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA RAMOS** – Boa tarde. Quero cumprimentar o Vereador Reis, que sempre está à frente de praticamente todas as pautas voltadas à comunidade negra.

O mais importante na nossa história é resgatar, como esses grandes arqueólogos estão fazendo, trazer a memória do povo negro que, infelizmente, até os dias de hoje vem sofrendo pela falta de cuidados. Estamos no Século XXI e temos de brigar pelo direito de sermos reconhecidos. Os italianos têm o bairro do Bixiga. Os negros tiveram seu bairro, onde teve muito sofrimento, transformado em bairro de japoneses. Isso faz com que a gente passe a refletir até quando vão querer apagar a memória da população negra, que sempre vem sofrendo e sempre tem de lutar para fazer história.

Eu sou um Babalorixá e respeito nossos ancestrais. Nossa tradição diz que a verdade sempre vem à tona. Quando somos iniciados, temos que ficar com nossos ancestrais, pois essa é a ligação que temos para continuar a ter nossa liberdade.

O mais importante nessa grande jornada, principalmente para os profissionais arqueólogos, é reescrever nossa história que, infelizmente, até hoje é de grande luta. Quem sabe agora, como conselho, podemos cobrar do poder público uma retratação e, no bairro da Liberdade, criar um museu que nos represente, reativando nossa memória, nossos costumes.

Nossa colega disse que achou dois objetos. Para nós é sagrado. É o fio de contas.

O azul representa nosso Orixá Ogum, aquele que abre caminhos. No ano que vem nós vamos ser regidos por Ogum, então eu digo que ele já se antecipou para que nossa história passe a valer, para a gente criar mais forças e para que, de fato, o poder público crie políticas afirmativas acima de tudo, e que a gente venha a ter um local que nos represente, como uma cidade negra.

Quando a gente fala em cidade negra, perguntam por que cidade negra. Se tem um bairro japonês, se tem um bairro italiano, isso é nosso direito e nós merecemos, por tanta luta, neste país chamado Brasil, principalmente em São Paulo. É um ponto turístico e nós temos que fazer valer nossa história, nossos costumes e acima de tudo os nossos sentimentos.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Agradeço ao Sr. Alexandre Teixeira Ramos.

Passo a palavra ao Frei David, da Educafro.

**O SR. FREI DAVID** – Cumprimentando o Vereador que puxou esta sessão, cumprimento todos os presentes, especialmente os irmãos negros que estão nessa luta desde o primeiro momento em que essa historia nos incomoda.

Vereador, demais presentes, nós temos consciência de que os órgãos de preservação da história do Município têm um grande débito como povo negro. Em todo o período de presença de organização da cidade de São Paulo, sempre o povo negro foi destrutado pelos órgãos de Prefeitura. No entanto, nós acreditamos que a atual equipe que está cuidando do patrimônio histórico do nosso município deve, eu sinto no ar, que há uma outra sensibilidade. Então, estamos com expectativa de que vamos agora fazer uma grande virada nessa nova fase que começa, em minha opinião, hoje com essa audiência, porque até então, se falava, mas a coisa não pegava muito eco.

Portanto, precisamos de ações em curto prazo, médio prazo e longo prazo. Nessas ações eu proponho que a gente refaça uma reflexão sobre todos os quatro cantos do Brasil, onde os municípios e os Estados têm patrimônio arqueológico negro. E para minha tristeza,

Vereador, 90% recolhem e jogam nos porões, não há seriedade com isso. Daí a gente pede então que seja diferente com a equipe que está no Patrimônio, que essa postura seja diferente, mas ao mesmo tempo sabemos que quando a coisa é para negro e para indígena a justificativa é que não há dinheiro. Sempre assim. De modo que a gente está de maneira ousada trazendo uma proposta nova. Eu peço que leiam a proposta nova, começando direto no ponto um para poder ganhar tempo, para todos nós sabermos da proposta da entidade que trouxemos aqui agora em público. Vocês podem acompanhar pela folha.

**O SR. WENDEL** – Boa tarde a todos. As propostas da nossa entidade são: primeiro, ampliarmos as reflexões e encaminharmos tomada de decisões inovadoras para estancarmos a negação da história do negro na cidade de São Paulo. A arquiteta da FAU-USP, Ana Baroni, possui estudos sobre essa realidade, desde o nascimento na cidade de São Paulo, até hoje o povo negro é o grupo de brasileiro que mais empregou sua mão de obra para a construção de São Paulo, transformando a cidade de São Paulo na mais importante do Brasil, tornando-a reconhecida mundialmente.

**A SRA. PRI** – No entanto, quantas ruas têm o nome de membros do povo negro? Quantos bustos nas praças das cidades homenageiam membros desses corajosos e destinado povo. Precisamos discutir isso como todos os Vereadores e com o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas. Temos certeza de que os japoneses nossos irmãos, se estivessem em nosso lugar, iriam lutar por seus direitos com muita garra e determinação e ficariam agradecidos se nós, povo negro, fôssemos a outra parte e tivéssemos sensibilidade para com as suas reivindicações.

**O SR. WENDEL** – Terceiro ponto. Aparição das ossadas de nossos antepassados é uma maneira mística deles e nós gritarmos juntos contra o apagamento da história do povo negro na cidade de São Paulo, feita pelos grupos que se revezam no poder municipal desta cidade e pelos interesses comerciais muito bem organizados. Não somos contra o poder comercial, mudando o nome da estação tenha visão estratégica para atrair turistas, que tal

unirmos esforços comerciais e turísticos entre o poder cultural japonês e o poder cultural africano. A atração turística vai se solidificar como já acontecem em várias cidades norte-americanas, que triplicaram suas receitas depois que deu espaço para a história da cultura negra.

**A SRA. PRI** – Japoneses, chineses, alemães, italianos, todos têm grande respeito pelo espaço onde descansam os corpos dos seus antepassados. Temos plena certeza que terão o mesmo respeito com os espaços destinados a preservação histórica do povo negro.

**O SR. WENDEL** – Com referência à região da Liberdade, diante dos achados arqueológicos e frente à construção do shopping em cima do cemitério dos nossos antepassados, reivindicamos ações a médio e curto prazo. São elas: primeiro, a partir do princípio de boa convivência entre os povos, fazermos uma urgente e eficiente reunião de alto nível com a presidência da Associação Assistencial da Liberdade. Empresário Ikesaki, presidência da Associação Comercial da Região e outros grupos que foram acolhidos na área negra da Liberdade. Segundo, vislumbramos apenas um novo conceito arquitetônico do shopping em construção onde seriam replanejados espaços para acolher no térreo um bonito monumento e um espaço em vidro onde os olhares poderão visualizar os ossos dos escravos, em espaços preservados. Nas suas galerias de acesso, teríamos cenas relatando a história, a presença da história negra na Liberdade.

Esse espaço teria ligação direta com a Capela dos Aflitos por onde se faria também mais uma entrada para o shopping.

**A SRA. PRI** – Defendemos uma parceria com o conceito de ganha-ganha. O povo japonês e o povo negro sairiam ganhando, seria uma forma simples e forte de celebrarmos a integração entre esses dois povos. Entendemos que devemos intensificar nosso diálogo com as partes envolvidas. Assim que chegarmos a um entendimento, devemos conjuntamente procurar a Prefeitura e outros órgãos públicos envolvidos com essa nova antiga demanda.

**O SR. FREI DAVID** – Vereador, essas propostas com certeza gostaríamos de ouvir

a opinião das pessoas que estão compondo essa Mesa, porque nós entendemos que é uma proposta ousada, que ela quer eficiência e resposta rápida. Entendemos que o dinheiro japonês e a nossa boa vontade em querer ter uma parceria pode agilizar todo o processo e não vai ser mais um material recolhido e jogado nos arquivos, nem sempre com o tratamento que merece, com a representação do povo negro.

Concluo a nossa fala, Vereador, fazendo duas propostas, pedindo ao Vereador Reis que entre com dois projetos. O primeiro projeto, solicitando à Câmara para votar, fazer um adendo ao projeto recentemente votado sobre o nome da Estação do Metrô. A gente acha que os japoneses são uma presença considerável, queremos harmonia com eles, não queremos tirá-lo desse processo. Nossa proposta é Estação Liberdade Afro-Japão. É só colocar a palavra afro. É uma coisa bonita, sincera, coerente com a história e mostra uma sintonia bonita entre dois povos que é o que queremos construir.

É uma discussão boa essa daí, há coreanos, nordestinos, italianos, ou seja, é um assunto delicado e temos de discutir com muito carinho, podem surgir novas propostas também. Nós sabemos que o orçamento para 2019 já está votado, que o Vereador se antecipe com sua equipe de gabinete prevendo um orçamento bastante robusto para 2020, visando um monumento de escravidão e resistência do povo negro na cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Obrigado ao Frei David. Vou passar a palavra ao Dr. Arcanjo.

**O SR. ROBERTO ARCANJO** – Boa tarde a todos, cumprimento o Vereador Reis pela iniciativa de chamar essa audiência pública para discutir um tema de extrema relevância nacional. Eu sou advogado, professor da PUC São Paulo, não tinha preparado uma fala também, venho mais como ouvinte para que pudesse conhecer o trabalho que foi realizado e qual é o futuro não só das ossadas da descoberta arqueológica, mas também da própria área.

Depois de ouvir todas as propostas me parece, sob o ponto de vista do direito, que é preciso tomar algumas providências. Como eu falo para uma plateia que não é técnica, só

para vocês entenderem, sempre que há o interesse da coletividade que surge numa determinada circunstância, numa determinada área, esse interesse deve prevalecer sobre o interesse individual. Qual a circunstância que temos agora nesse caso concreto. Temos uma área de interesse cultural, social, histórico, não só arqueológico e temos também o interesse privado, não sei quem é o proprietário, mas há alguém ali que é dono daquele terreno para construir um empreendimento imobiliário, comercial, não importa a natureza, que talvez tenha interesse econômico.

Considerando esse confronto de interesses me parece que o interesse social deve prevalecer. Mas por quê? Acho que é importante situá-los sobre essa questão jurídica, senão cobrarmos do poder público algumas ações, essa área ficará desprotegida, o que significa apagar a história do povo negro no Brasil. Isso me preocupa bastante como brasileiro. Acho que precisamos resgatar a nossa história com ela realmente foi e parte dela não foi contada. Se começamos a contar agora por essa descoberta, até pegando informações que eu acabei de receber, algumas ossadas estão também embaixo de outros edifícios, talvez o poder público possa tomar uma providência, além do tombamento da área. O tombamento protege os edifícios, o terreno, embora abrangido pelo tombamento, gera uma discussão e uma fragilidade na proteção porque é possível edificar ali, dizendo que retiraram as descobertas arqueológicas, não há mais nada no nosso terreno e agora podemos edificar o que for do nosso interesse particular.

Essa audiência pública pode sair com algumas propostas que sejam concretas e efetivas na preservação da memória. E para preservar a memória, sob o ponto de vista jurídico, parece-me que a desapropriação da área é mais adequada do que o tombamento. O tombamento é importante, mas me parece que com a desapropriação a proteção seria efetiva, para que pudéssemos fazer um museu de preservação da memória do povo negro, para que pudesse abrigar as ossadas descobertas, para que pudesse promover uma visitação turística para que as pessoas pudessem conhecer a história do Brasil, de São Paulo e da Liberdade.

Então, o interesse é de todos. Desculpem falar com vocês até de questão jurídica, mas essa é a minha preocupação, é o que eu vivo, é o meu mundo, é o mundo jurídico. Então essa audiência pública pode colher muitos frutos desde que exista uma ação coordenada e conjunta, um discurso único em relação ao nosso patrimônio histórico e cultural.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Dr. Arcanjo, e agora vamos passar a palavra para a Sra. Elisa Lucas, ela neste momento é Secretária Executiva da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial e obviamente representando o Governo. Eu até deixei para que fosse então a senhora ser a última para que ouvisse todas as falas e colher as impressões e há pleitos, conforme disse o Dr. Arcanjo, e eu ouvi várias pessoas nesses últimos dias dizendo da necessidade da desapropriação, de quem sabe o poder público pudesse construir um memorial: memorial dos aflitos, memorial beco dos aflitos, há várias sugestões e obviamente isso precisa de um olhar do Governo e da Prefeitura, do Prefeito para essa questão.

Então, vamos ouvi-la para que a senhora possa levar ao Sr. Prefeito Bruno Covas o que realmente ouviu aqui e das sugestões dadas. Depois também vou pedir para que as Notas Taquigráficas desta audiência pública sejam encaminhadas aos órgãos que estão representados aqui e ao Sr. Prefeito Bruno Covas.

Então, passo a palavra a V.Exa.

**A SRA. ELISA LUCAS RODRIGUES** – Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer ao Vereador Reis pelo convite e dizer assim: essa questão nossa com relação à estação Liberdade, Liberdade-Japão também nós iniciamos essas tratativas até antes de eu estar na Secretaria de Direitos Humanos como Secretária Executiva-Adjunta. Em julho eu estava lotada na Assembleia Legislativa, especificamente no gabinete da Presidência, quando vimos pelos jornais essa história de alterar o nome do metrô da estação Liberdade. Procuramos a Secretaria de Transportes, falamos com o chefe de gabinete e ele me disse que isso teria acontecido, isso se iniciou numa visita da princesa, que veio do Japão. E no entusiasmo, não japonês, mas sim talvez de um coreano, que é dono de um shopping, não sei

o nome dele, deu essa ideia de que se alterasse o nome da estação.

Procuramos também o atual Governo do Estado de São Paulo, porque isso é uma reivindicação a ser feita para o Governador, porque vai implicar, inclusive, em despesas como alteração das placas. Enfim, várias situações que vão ser mudadas ali e é um gasto considerável a ser feito. Mas, não obtivemos sucesso nesse pleito levado ao atual Governo do Estado.

Há dois meses viemos para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, foi quando tomamos conhecimento dessas questões das ossadas. É outro absurdo também. É um desrespeito à história do povo negro, porque todos nós, principalmente os ativistas, sabemos da história do bairro da Liberdade. Ali ficavam os negros que estavam buscando empregos, enfim era um lugar de concentração do povo negro. Tem uma historia inclusive do Chaguinha, um soldado que quando levado para enforcamento por duas vezes não conseguiu ser executado. (Palmas) Foi preciso ser feito um laço de vaqueiro para que se concretizasse seu enforcamento.

Portanto, há várias histórias daquele local e todos os pleitos e as reivindicações aqui apresentadas são justas e levaremos sim ao Prefeito Bruno Covas, juntamente com a nossa Secretária titular, Berenice Giannella. Agora, são necessários sim recursos – o Vereador pode colaborar, todos podem colaborar. É necessário que o IPHAN nos apoie para que levemos um projeto concreto. Acho que esse reconhecimento e aquele espaço ali da Liberdade voltando e lembrando a questão do povo negro é essencial, sem desprezar também, é claro, os imigrantes japoneses, coreanos, chineses e outros que por lá estiverem.

Então, estamos aqui na qualidade de representante do Governo para ouvir, levar essas reivindicações e lutar juntos, porque nada mais justo, até pela nossa questão de ter uma lei que obriga o ensino da História da África. Que possamos resgatar esse momento e essa parte da nossa História aqui na cidade de São Paulo.

É isso o que tenho a dizer e ouvindo todos para que levemos esse pleito ao nosso

Prefeito Bruno Covas, que até agora tem sido uma pessoa muito sensível às questões apresentadas em relação ao povo negro. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Secretaria Elisa. Agora vamos ouvir o público presente, inclusive a secretaria continua anotando as inscrições. Há poucas inscrições e o primeiro inscrito é o Sr. Nuno Coelho, assessor parlamentar do Deputado Federal Vicentinho.

**O SR. NUNO COELHO** – Boa tarde a todos. Qual o tempo que a mesa irá nos dar? Três minutos? Dois? Três minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – É o tempo regimental.

**O SR. NUNO COELHO** – Ainda que eu represente o Deputado Federal Vicentinho, também represento o movimento social, faço parte dos Agentes da Pastoral Negros do Brasil, uma das entidades membro do Fórum São Paulo sem Racismo. Estou acompanhado do Sr. Eduardo, que está lá no fundo, membro dos APNs junto comigo.

Esta audiência pública está ocorrendo por um pleito do Fórum São Paulo sem Racismo. Várias entidades do movimento negro da cidade de São Paulo que, embora estejam acompanhando há muito tempo a questão da igreja, da capela que ali se encontra, essa situação das ossadas lá encontradas é o que nos provocou ainda mais indignação. Por quê? Porque ali é um espaço sagrado. É um cemitério. Foi um cemitério no passado e prova-se para nós que pouco cuidado houve quando deixou de ser um cemitério para passar a ser um espaço comercial, foi vendido. Alguém ocupou aquele espaço para poder construir qualquer coisa que seja e de qualquer forma.

Quero dividir esses poucos minutos, Vereador, em um histórico e um pedido. O histórico é que numa dessas viagens que fiz à África, a última foi ao Senegal. Por acaso me levaram à Ilha de Gorée, que tem toda uma preservação histórica e memorial da partida do último navio negreiro daquele país para o Brasil. Lá conta-se toda a História e está memorizada com foi a partida deles. Aqui não temos a chegada. (Palmas)

Aqui nada memora a presença deles a partir de sua chegada aqui. O que temos aqui após a chegada deles são essas poucas histórias que escutamos. Olha, para nós a data que é do tempo da escravidão, porque os negros que foram enterrados estavam com contas e as contas para nós têm uma marca simbólica e religiosa importantíssima. Sou católico e nem por isso deixo de usar a minha conta, porque isso tem uma ligação histórica com o nosso continente, com a Mãe África.

Para concluir, o Frei nos traz aqui a lembrança importante de que São Paulo precisa se atentar para isso. O Cais do Valango só é hoje uma preservação histórica, ancestral, religiosa, porque o movimento social se organizou, o movimento negro do Rio de Janeiro se organizou e buscou todas essas representações que hoje estão aqui nesta mesa para que o estado brasileiro olhasse para aquele espaço como sendo um espaço sagrado, um espaço nosso.

Fui lá participar de um ato religioso com o pessoal da Nigéria para entregar aquele espaço de forma sagrada, para que as almas que lá rondaram – não sei como se diz isso, Alexandre – mas, as almas que ali circundavam precisavam descansar em paz. E isso só aconteceu depois que um ato religioso foi feito no local com um pessoal que veio da Nigéria. O Evanir trouxe e ali fizeram um padeio, fizeram várias coisas para que as almas descansassem. A capela até hoje não caiu, já deveria ter caído há muito tempo. Se não caiu é porque alguém a sustenta. Agora descobrimos quem é.

Quero pedir, Vereador, ao Poder Público Municipal aqui, nas suas várias representações, e o Dr. Arcanjo nos trouxe um arcabouço jurídico que acho que a Comissão de Igualdade Racial da OAB pode levar isso como pauta e ter isso como centro de sua agenda de agora em diante: tornar aquele espaço para nós um espaço de fato sagrado, impedir qualquer construção que venha a acontecer ali. Indenize o cidadão, não temos nada contra ele. Nós, como sociedade civil, não temos nada contra ele, ele nem sabia que lá iria encontrar o que encontrou. Acho que não temos nada contra ele, o que precisamos é indenizá-lo, pedir a ele

que busque outro espaço, outro lugar, porque aquele lugar para nós é uma terra sagrada.

De hoje em diante, o movimento social negro está empenhado em fazer todos os esforços possíveis para contribuir, viu Dra. Luciene, com o trabalho que vocês estão fazendo. Fiquei emocionado ao ouvi-la, porque eu acho que devemos isso à África. Ninguém pediu para eles virem, ninguém pediu para construir sobre seus corpos o que estão construindo. Não seremos nós aqui, afro-brasileiros, que iremos destruir o pouco que restou deles.

Nós devemos a vocês esse reconhecimento e queremos participar, Frei Davi, acho que o senhor deve contribuir com isso por meio da igreja, na memória e na preservação dos restos mortais desses nossos irmãos. Que tenham dignamente um lugar para serem sepultados, nem que seja na cripta da Catedral da Sé. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sr. Nuno Coelho. Vamos ouvir então a Sra. Maria Aparecida Pinto, conselheira de participação e desenvolvimento da comunidade negra do Estado de São Paulo.

**A SRA. MARIA APARECIDA PINTO** – Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer ao Vereador Reis por esta audiência pública e já de imediato solicitar, nobre Deputado, que a Assembleia Legislativa faça o mesmo, porque as ações não dependem só... (Palmas)

As ações que estão sendo colocadas aqui, essa história toda, esse resgate, não é só do Município, é responsabilidade do estado de São Paulo. E o estado de São Paulo nos deve, deve a nossa história. Senão, vejamos, temos ali a estação Liberdade e que talvez o nome mais correto fosse Liberdade-Ásia, porque ali têm todos os asiáticos ou o mais justo seria que aquela estação se chamasse Chaguinha, porque é o nome do cara que deu nome àquele território. Em qualquer lugar do mundo a gente tem os seus atores preservados, você vai à Venezuela e em todo lugar tem lá o seu mais ilustre; na França; em qualquer país. O Brasil tem a característica de não só menosprezar quem construiu a História, mas de apagar essa História e a gente tem que acabar com isso, porque nós somos a maioria da população. (Palmas)

Então, meus queridos, dos três milhões que o Estado vai gastar para trocar todas as placas para que se torne estação japonesa, estação Liberdade-Japão, que o Governo do Estado, Adriano, utilize esse dinheiro para contar e recontar a nossa história. E mais do que isso, preservar toda a nossa rota histórica, que tem aqui na cidade de São Paulo, seja a Estátua do Zumbi, tem a preservação ali naquele lago, mas ainda está mais ou menos; a Estátua da Mãe Preta, que vive aos lixos, suja, abandonada, largada...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MARIA APARECIDA PINTO** – Então, o busto do Luiz Gama, a maioria não sabe nem onde fica. O túmulo do Luiz Gama está abandonado no Cemitério da Consolação e também ninguém sabe.

Para mais: nós temos, sim, um território que é nosso, aqui, na Cidade, que é o Sítio da Ressaca, que era o quilombo e que também está caindo aos pedaços, abandonado, ali, no Jabaquara. Aquele sítio é a nossa história. É o nosso pé no chão. É o nosso território, porque dali vinham os escravos trabalhar na então Paulista e para cá, para os Campos Elíseos, passando pela Vila Mariana, que era onde os negros que vinham para cá aos poucos foram pegando os terrenos e fazendo as habitações coletivas.

A Vila Mariana enriqueceu de tal forma que é o segundo PIB do Estado de São Paulo e não tem mais memória negra. Disseram as pesquisas que tem 6% e não tem isso, porque dá para contar nos dedos as famílias negras que moram na Vila Mariana. Eu moro lá e tive o desprazer de ter armas apontadas à minha cabeça e à do meu filho, ainda menor, porque achavam que eu não tinha o direito de morar ali. Então, os negros foram jogados para os cantões e o que resta é o Sítio da Ressaca. Aquele sítio tem de ser preservado.

Sugerimos que tenha o busto do Chaguinhas, como tem os demais bustos. Que aquela área da Liberdade seja de fato um território de preservação da memória, da história e da nossa cultura africana. Que haja a desapropriação de toda aquela área, desde a igreja até a próxima avenida. Que toda aquela área seja desapropriada, porque ali não temos certa a

demarcação do cemitério. Não há mais, porque acabaram com construções sobre ela. Então, que toda aquela área seja tombada – mais do que tombada, que ela seja retomada pelo Poder Público, pelo Governo do Estado, desapropriada e tornada em um sítio.

Como é no Louvre, que se faça ali um museu, algo que conte a nossa história, que tenha algumas peças – que, inclusive, estão lá, no Parque do Ibirapuera, no nosso museu negro. Que se conte a história dos negros da cidade de São Paulo e se resgate a nossa memória, a memória dos meus antepassados, dos nossos antepassados, porque eles merecem todo o nosso respeito. Quem não tem passado não tem futuro e eu prefiro preservar os meus ancestrais, para que o meu filho e o meu neto saibam de onde vieram, para saber para onde vão.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sra. Maria Aparecida. O próximo inscrito é o Sr. José Adão de Oliveira, do Movimento Negro Unificado.

**O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos. Quero relembrar a caminhada que fizemos no dia 20 de setembro, em memória do Chaguinhas. Estava previsto um cortejo, ali, da igreja, na Rua do Carmo, passando pela Praça da Sé, atravessando a João Mendes e indo até a Igreja dos Enforcados, descendo até a Capela do Chaguinhas. Porém, nesse dia caiu uma chuva terrível o dia todo e acabou sendo cancelado.

Contudo, os que ficaram ali, na Rua do Carmo, depois que a chuva reduziu um pouquinho, resolveram caminhar. Haveria sete pernas de pau, com tochas, liderados pelo Aloysio Letra, o sambista que fez o hino a Chaguinhas. Haveria o Ilú Obá De Min. Então, seria uma caminhada muito bonita, mas a fizemos sob a chuva e não deu para ir todo mundo. Subimos pela Tabatinguera e chegamos até a Igreja dos Enforcados. De lá, chegamos até a Capela do Chaguinhas. Quando chegamos lá entendemos que há forças que estavam além de nós, porque o cancelamento foi feito, mas, mesmo assim, depois que o pessoal foi embora, quem restou foi impelido a fazer isso.

Então, quero dizer que existe, realmente, um resgate histórico, físico, material e espiritual a ser feito. Ossadas foram achadas na década de 1980 e isso foi divulgado no jornal japonês, que nós não lemos. Se fosse no jornal em português, talvez nós também não lêssemos. Vamos lá saber se a ditadura militar permitiria ou não. Existia desde 1971 a lei que proibia que houvesse notícias sobre negros e sobre índios. Então, existe, por parte daqueles que mandam, o que é permitido e o que não é.

Se ossadas forem achadas agora, em 2018... É no sete, nove. Podem ser 10, 12, 15 ou 18. Não se sabe. O que se sabe é que existia a informação de que todos os corpos que havia no Cemitério dos Aflitos foram removidos para o Cemitério da Consolação a partir de 1958. Hoje, sabemos que isso não é verdade. Não corresponde à verdade. Se não corresponde à verdade, corresponde à mentira. Se corresponde à mentira, qual é a verdade?

Então, estamos com questões, de forma muito profunda, que não podemos resolver de uma forma rápida. Eu acho que essas propostas colocadas aqui pelos vários oradores têm de continuar sendo discutidas, para que a sociedade civil e o Poder Público possam resolver isso da melhor maneira possível.

Entretanto, falaram aqui da Lei 10.639. Ela está no Plano Nacional de Educação, no Plano Estadual, no Plano Municipal e nos planos regionais de Educação, com certeza. Então, nós temos de elencar todo o processo com Educação, no sentido, digamos, de colocar aos estudantes, desde a creche até a universidade, o que é certo ser feito. Não se faz um país com mentiras. Então, significa que nós ainda não temos um País verdadeiramente íntegro, transparente. Isso é tarefa de todos, aqui. Isso já vem sendo feito, mas deve se aprofundar, para que tenhamos uma Educação de melhor qualidade, uma vivência de melhor qualidade e relações sociais entre indígenas, descendentes de africanos e asiáticos.

Aqui, eu faço uma reverência aos mortos durante a explosão da bomba atômica. Todo oriental faz essa reverência. Eu acho que o sentido e o calor da reverência são os mesmos com que qualquer oriental faria a qualquer outro povo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sr. José Adão de Oliveira. O próximo é o Sr. Silvio Luiz Sant’Anna, da União dos Amigos da Capela dos Aflitos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Ah, que legal! (Palmas)

**O SR. SILVIO LUIZ SANT’ANNA** – Boa tarde a todos e a todas. Eu estou representando, aqui, a Unamca, a União dos Amigos da Capela dos Aflitos. Acontece o seguinte: nós somos um grupo de devotos, digamos. Quando eu falo “devotos da Capela dos Aflitos”, não são devotos só católicos. São devotos afrodescendentes e, portanto, umbandistas, do Candomblé, católicos e espíritas de diversas tendências.

Nós, que frequentamos lá, que acendemos as nossas velinhas lá, geralmente, na segunda-feira, que tem missa, começamos a perceber estrondos e a capela estava tremendo, vamos dizer assim. Então, nós resolvemos criar esse coletivo que, desde então – ou seja, há seis meses atrás, em junho – começou a se reunir.

Nós começamos, então, a querer chamar a atenção das autoridades. Fizemos uma carta aberta às autoridades, tanto eclesiásticas quanto civis. Então, foi dirigida ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Dom Odilo Scherer, que é o Cardeal, e a outras entidades, inclusive do Departamento do Patrimônio. Dentro disso, criou-se um movimento, não só dos devotos do Chaguinhas e das Almas, mas também do movimento negro. Muitos companheiros que estão aqui representam esses movimentos, que começaram a se unir com esse movimento, e também o pessoal do Patrimônio.

Como o Sr. Adão disse e eu não vou ficar detalhando, há o Dia do Chaguinhas, que é o santo popular da cidade de São Paulo, nosso santo negro. Temos de ter orgulho de ter um santo negro que transcende a canonização católica. É uma referência espiritual para todos nós e nós queremos fortalecer isso.

Como sabemos, desde a Galvão Bueno até a Rua da Glória, todo aquele território é cemitério. Como já foi colocado aqui, também, há relatos diversos, oficiosos, de que existiam

ossadas lá. Quantas dessas ossadas foram jogadas em caçambas e a nossa memória foi entregue de graça? Então, eu acho que é importante que, neste momento, outros agentes, outros elementos da sociedade representativos estejam se reunindo a esta causa.

A nossa causa era pequena. Chamamos a atenção da mídia, da Globo, da *Carta Capital*, da *Folha de S.Paulo*, mas eu acho que agora começa a tomar corpo, porque estamos em uma Casa de Leis e esperamos, também, que possamos atingir a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal, para essa causa. Quer dizer, a causa do negro, a causa de nós, brasileiros, passa pela Liberdade. Passa pelo Beco dos Aflitos e queiramos nós conseguir formar um Projeto “L” – ou seja, um “L” de Liberdade, onde entremos na Rua dos Aflitos e passemos por esse território que está aberto, aí. Então, estou propondo isto, o Projeto “L”.

Que tenhamos esse elo, essa união, e que levemos isso à frente com muita fé, muita perseverança e muita alegria. Aquele território é definitivamente um território dos negros e, portanto, de nós todos.

Obrigado, então, gente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sr. Silvio Luiz Sant’Anna. O próximo inscrito é o Sr. Abílio Ferreira, escritor.

**O SR. ABÍLIO FERREIRA** – Neste ano de 2018 comemoramos alguns marcos. Esse número 8, para nós, é bastante significativo – 1888, não é? Um desses marcos são os 40 anos de *Cadernos Negros*, que começaram a ser editados em 1978. Os escritores e o movimento da literatura negra que surge especialmente em São Paulo tornam em coletivo um processo que vinha acontecendo de forma solitária, por alguns escritores que são os nossos precursores – Machado de Assis, Luiz Gama, Lima Barreto, Lino Guedes, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis e outros. A partir de 1978, esse movimento passa a ser coletivo. Então, passa-se a editar *Cadernos Negros*, com poetas e contistas de todo o Brasil. Na sexta-feira, o volume 41 de *Cadernos Negros* foi lançado, com 43 poetas. Em uma iniciativa autogerida, nunca deixou de ser lançado ao longo desses 40 anos.

Por que estou evocando esse processo da literatura? Porque, em São Paulo, temos uma ação de escritores, sobretudo, por conta dessa questão da memória, que junta algumas pontas que pareciam soltas. No próximo mês de janeiro, nós vamos lançar um livro chamado *Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata*.

Boa parte da documentação sobre ele foi descoberta na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, justamente por um pesquisador do IPHAN, Carlos Cerqueira, que seguiu as pistas deixadas por Mário de Andrade, nos anos 30. No início da fundação do IPHAN, o Mário, pesquisando o Padre Jesuíno do Monte Carmelo, outro negro artista plástico que pintou o teto da capela da Igreja, por meio dessas pistas chega ao Tebas, a Joaquim Pinto de Oliveira Tebas.

Então essas informações que aqui nos foram dadas nos fazem perceber que esse processo que acontece agora no Cemitério dos Afritos, ele apenas joga luz em mais um pedaço de um grande sistema, a Cidade como um grande sistema, que tem uma memória no seu subsolo, nas fachadas dos edifícios, no ar, na produção da população - tanto do passado, do presente e do futuro – e isso está em nossos corpos e também nos vestígios que estão presentes na Cidade.

Então nos resta lembrar, eu queria convidar a todos pra cantar o refrão da música do Aloísio Letra sobre o Chaguinha, em homenagem ao Paulistano da Glória. Em homenagem à região vamos cantar só o refrão da música. Eu acho importante lembrar uma vez que ele não pode estar aqui. Acompanham-me, por favor. (Pausa)

Ok, aceito a sugestão do Adão, encerramos ao final cantando a música toda.

É isso, obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O próximo inscrito é Thiago da Conceição Brasiel, da EDUCAFRO.

**O SR. THIAGO DA CONCEIÇÃO BRASIEL** - Boa tarde, pessoal. Eu vou falar primeiro de onde estamos saindo, o que queremos fazer e o resultado que pretendemos obter.

De onde estamos saindo? Nós sabemos do histórico trágico da população negra dentro da cidade de São Paulo e do Brasil. Sabemos, como bem disse o Frei David, do desrespeito da administração pública de São Paulo com a população negra da cidade de São Paulo na época de escravidão e depois do período pós-abolição.

Hoje nós temos dois interesses nas terras em que foram encontradas as ossadas. Primeiro - um interesse que acredito ser legítimo - que é a população negra, são corpos negros que estão lá enterrados, são nove corpos, até agora, lá encontrados. E a doutora pode me explicar se há chance de serem encontradas mais coisas, se há resquícios, se pode haver mais coisas, o que poderá estar ao nosso alcance.

O segundo interesse - que também considero legítimo, mas não tem peso histórico – é comercial, é o da população japonesa sobre esse território. Vivemos hoje numa sociedade de mercado onde o interesse capitalista prevalece, e mesmo dentro desta Casa esse interesse é presente, muito bem organizado e muito eficaz.

A nossa proposta - terceiro item que abordamos - navega pelos dois campos: simbólico e cultural. Pelo campo simbólico, nós, população negra, precisamos ser reconhecido de todas as formas, pela administração pública da cidade e do Estado de São Paulo e pelo Governo Federal, e também pelo próprio setor privado, coisa que estamos requerendo nos últimos 20 anos. Nesse sentido, nossa proposta vem para unir forças simbólicas e culturais. Estamos falando do povo negro e do povo japonês, da Cultura africana e da Cultura oriental. Lá reside mais de um povo pertencente ao outro lado do mundo, que a partir disso nós consigamos criar uma nova perspectiva de futuro. Ou seja, resgatar toda história trágica daquele lugar, mas que sejamos capazes de mostrar de forma proativa e ativa o nosso povo. Quando eu falo “nosso povo” não me refiro apenas ao povo negro, mas sim a todo povo brasileiro.

A proposta que cada um de vocês recebeu hoje, aqui, da Educafro, não impede a criação de um shopping. Estamos dando alternativa para essa proposição. Porém, nesse lugar,

seja qual for o estabelecimento comercial a ser criado, que tenha a forte presença da população negra. Se vai haver movimentação de dinheiro, se vai haver lucro, que o nosso povo esteja presente tanto na construção quanto na hora de repartir os dividendos.

Obrigado! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra o Sr. Enéas Santos da Novos Rumos.

**O SR. ENÉAS SANTOS** - Boa tarde, Vereador Reis, combativo Vereador; boa tarde, professora combativa e guerreira, Elisa Lucas.

Sinceridade? Eu não ia falar, queria ouvir, mas algumas questões faladas na Mesa me assustaram. Então, não é qualquer lugar, falamos de um solo sagrado. (Palmas)

A partir do momento que encontraram alguma coisa parecida com isso aqui, tinha de ser chamado um sacerdote, ali é um solo sagrado. Não foi uma terra que desabou em cima das pessoas! Não foi alguém que morreu no meio da rua e depois veio lama e cobriu. O solo em que as pessoas estão é diferente do solo ao lado! Foi feita uma cova e para aqueles que usam cordão, o corpo é preparado pra ser sepultado. No sepultamento há outra cerimônia; Depois outras cerimônias. Ali o solo é sagrado. Não tem cabimento dizer o seguinte: eu vou tirar o osso e vou levar para um lugar público. E isso foi dito!

As ossadas de Perus ficaram dentro de um saco, durante anos e anos, para depois aquela Comissão da Verdade fazer com que fosse feita uma pesquisa científica de cada osso. Isso não está sendo propondo para nós. Nós estamos valendo menos do que um dinossauro, valendo menos do que aquela que anda devagarzinho, daquele bicho preguiça que acharam aqui no Brasil. Quando se encontra um osso de um dinossauro, fazem um círculo e ninguém mais entra no local. E aquele osso tem três mil anos. Ah, três mil anos, a chuva não leva, e o nosso corpo será levado? Não dá então para compreender, a não ser que digam que a nossa história será enterrada...

Canudos, o que fizeram em Canudos? Fizeram uma hidrelétrica, botaram água para sumir com a memória de Canudos! (Palmas) Assim querem fazer conosco.

Então nós não podemos pensar na possibilidade de tirar nada dali! É um cemitério, um solo sagrado! Se não é para os outros, para nós é solo sagrado que deve ser preservado como tal, como está lá! Se tiver de remover os corpos ou fazer alguma coisa, tem de chamar os sacerdotes, é um solo sagrado. Pode não ser para muitos, para aqueles outros, mas para algumas pessoas é solo sagrado e aí dói! Dói quando mexe com religião, quando mexe naquilo que é mais sagrado do cidadão, isso nos machuca, nos machuca!

Então o que eu gostaria, a minha proposta, se me permite o Frei, é que nós fizéssemos... Eu estive em Cuba, estudei lá. Lá em Cuba tem um vidro e as ossadas lá em baixo. Fizeram uma Igreja, tem um vidro, luzes e lá de cima se vê os esqueletos lá em baixo. Por que nós não podemos ter dessa maneira?

Acho que a nossa decisão, a decisão de todo movimento negro e de nossos amigos e aliados, devem colocar que ali é solo sagrado e deve ser preservado como tal.

Muito obrigado! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O próximo é o Sr. Alan Pereira da Silva, Professor universitário.

**O SR. ALAN PEREIRA DA SILVA** - Boa tarde. Não sou professor universitário, sou ainda estudante de Mestrado.

O que vou falar vai na sua linha. Eu sempre levo meus alunos para o centro de São Paulo, levo a várias igrejas do período colonial, explico a eles o período através dessas igrejas. Digo o seguinte: o patrimônio cultural e material deste país, quem construiu fomos nós, nós, os negros. Isso não é valorizado, não é demonstrado nos livros didáticos, não é demonstrado praticamente em nenhum lugar.

Se pegar os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram os três últimos redutos brasileiros da escravidão, onde foi pior, onde a escravidão teve seu pior lado. Se pegar as fazendas do Vale do Paraíba, do interior de São Paulo, da região de Campinas; se pegar a quantidade de rebeliões, de fugas, o Quilombo do Jabaquara está aí para provar o

fato. Luiz Gama está aí para provar o fato, ele não ia conseguir libertar ninguém se a Lei de 1831 não fosse respeitada, se a Lei 1850 não fosse respeitada, a lei que proibiu o tráfico. Então agia baseado na lei, que não poderia ter tráfico e havia tráfico interno e da África pra cá. Então só fazia isso porque encontrou essa brecha na lei.

Então o Estado de São Paulo que se gaba de ser o mais rico da Federação enriqueceu, no séc. XIX, na base do trabalho do negro e na base do trabalho do índio, nesse período é que o tráfico do café ocorreu.

Então se temos o Theatro Municipal aqui perto, se temos várias obras arquitetônicas na parte central da Cidade, devemos aos negros.

Esta casa tem responsabilidade quanto aquele espaço porque, em certa medida, a Câmara Municipal de São Paulo, o Governo do Estado acabaram com a memória colonial do centro de São Paulo, não preservaram essa memória colonial. Os únicos resquícios dessa memória colonial feita pelos negros e pelos índios são ainda algumas igrejas desse período e algumas casinhas que sobram por aí, perdidas.

Então acho que a habilidade desta Casa, e a nossa também, é lutar para que isso aconteça, é justamente criar nesse espaço um memorial. Essas ossadas têm de voltar para esse local. (Palmas) As antigas, da década de 50 que foram retiradas, que estão perdidas em algum departamento, têm de voltar pra lá. Esse memorial tem de ser criado, e a gente tem de começar a pensar na cultura negra brasileira não como cultura material. Ela não está essencialmente presente nos objetos, não é material. O que esses corpos ganharam foi o único direito que o branco valoriza, a terra, o território justo na hora da morte, e nós temos de garantir a terra para eles.

Obrigado! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – A próxima inscrita é a Sra. Laura Capriglione, dos Jornalistas Livres.

**A SRA. LAURA CAPRIGLIONE** – Boa tarde! Boa tarde às pessoas da Mesa. Eu

acho que a gente tem uma imensa dívida, o Brasil tem uma imensa dívida com o povo negro, e é incrível o que nós vislumbramos quando a gente vê o que existe de preservação da história da escravidão.

Se você for para a África do Sul, vai encontrar um incrível Museu do Apartheid, uma coisa incrível para mostrar para todo mundo, para mostrar para os brancos para que nunca se esqueçam o que o que foi o apartheid na África do Sul. E não é brincadeira o que tem lá. Tem documentos, tem os guichês, tem as carteiras de identidade, tem as prisões, tem a cela do Mandela, tem, tem, tem, tem... Tem tudo para mostrar o que foi aquela barbárie. O Museu do Apartheid está lá. Nós temos, se você for para Israel, tem o incrível Museu do Holocausto, que mostra todos os detalhes do Holocausto Judeu na Alemanha dos pogrons e tudo mais na Europa do Leste. É incrível, os sapatos das vítimas, como era feito todo um sistema. Porque nós estamos falando, não é de gente ruim, estamos falando de sistemas econômicos que foram montados para explorar, para que um homem pudesse explorar outro homem.

Aqui no Brasil temos o Museu da Imigração que os Italianos adoram frequentar para mostrar como foi incrível. Esses mesmos Italianos que hoje estão pedindo cidadania italiana, os parentes deles vieram para cá como uns pés-rapados, uns analfabetos e tal, e agora eles querem voltar para lá para pegar e encontrar a nobreza. Todos são filhos de nobres. Mentira. Mas tem o Museu da Imigração, que é um museu incrível, superbem montado, mostrando os rostos de cada um daqueles caras. Quem foi ao Museu da Imigração, é impressionante ver os rostinhos. Eles chegavam e eram todos catalogados, porque eram pobres, e porque eram oprimidos, eles eram catalogados para que os caras conseguissem ver se eles tinham cara de anarquista, cara de revolucionário, cara de criminoso, porque tinha aquela coisa lombrosiana. O Museu da Imigração é sensacional.

Tem o Museu Afro Brasil, mas que é outra coisa, mas cultural. Sobre os negros, dá a impressão de que não houve escravidão no Brasil, mas um feliz encontro da cultura africana com o Brasil. Mentira. (Palmas) Agora vou dizer a vocês quantos museus da escravidão

existem no Brasil. Sabem quantos? Nenhum. O maior país escravocrata do mundo, que é o Brasil, não tem um museu da escravidão.

Aí a gente fala: vamos criar – tem lá os corpos – esses corpos não vieram por acaso. Concordo com o senhor que falou: esses corpos não apareceram por acaso. Esses corpos estão aparecendo agora, porque estamos em momento de extremo risco. Estamos vivendo um Brasil num momento de muito perigo. Os caras querem acabar com a história da África, a gente já viu isso. Por isso, o que tem de risco... Esses corpos vieram para que a gente se lembre do passado horrível que esse País teve e para que a gente não deixe que isso seja esquecido.

Portanto, querido amigos, queridas amigas, eu não acho que a gente tem de fazer uma homenagem só aos mortos. A maior homenagem que a gente vai fazer a esses mortos, a maior homenagem que prestaremos a eles, é nunca esquecer como o ser humano pode ser cruel, perverso com um irmão seu. Então o que eu queria pedir, temos de homenagear esses mortos? Temos de homenagear esses mortos, mas temos de criar, aquele território ali, é um território santo? É um território santo, aquele é um território sagrado e vamos lembrar, para que a gente faça justiça, a Igreja Católica foi quem loteou aquele cemitério. Loteou, e aqueles prédios foram construídos em cima do cemitério, sob o beneplácito e, vamos dizer, a cobiça da Igreja Católica. Foi ela quem vendeu aquele território. Esse território sagrado tem de ser retomado pelos negros, mas não acho só que temos de homenagear os mortos. Temos de construir, aproveitar esse chamado para construir ali o primeiro Museu da Escravidão no Brasil. (Palmas) Menos que isso é indigno de nós. Menos que isso é indigno do que esses homens e mulheres estão querendo dizer para nós nesse momento.

Por isso, queridos amigos, sinto-me muito emocionada, porque eu vi os corpos lá e como disse a nossa arqueóloga, que está aqui, o jeito que eles estão, alguém cuidou deles. Eles não foram jogados. Estão postos em uma posição de carinho, alguém cuidou. Então, em homenagem a tudo isso, é absolutamente imprescindível e aí, permita-me, Frei, pegar e

lembrar, eu acho que se deixarmos construir um shopping de produtos de beleza, de cosméticos, é muito louco. Quer dizer: vai na 25 de Março comprar, não é lá, entendeu, lá é um território de cosméticos.

O Brasil é tão louco que é tudo literal. Quando você fala assim, o embelezamento, a limpeza, agora são os cosméticos em cima dos nossos corpos e nós vamos permitir? Não! Eu não acho. Acho, infelizmente, que aquilo lá terá de ser desapropriado e nós temos de construir o primeiro museu. Chamamos um esforço coletivo de todos os negros, de todas as entidades negras, de todas as universidades, tudo para pegar e construir o primeiro grande museu. Por quê? Porque podemos exportar essa ideia para o Brasil todo. Isso que o amigo falou ali, acho linda essa ideia do chão quando você vai para a igreja do Santo Sepulcro, é isso que vemos, o chão de vidro, e ali os corpos. Mas é uma igreja que tem em cima daquilo. É bem diferente. Eu não estou propondo que seja uma igreja, estou propondo que seja um museu, um museu lindo, onde estejam presentes as religiões de matrizes africanas, e que a gente conte essa história que, enfim, ainda precisamos tanto contar e tanto mais nesse momento difícil que estamos vivendo. Memorial da escravidão. Obrigada! Estamos juntos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Com a palavra o Frei David.

**O SR. FREI DAVID** – Parabéns, Laura, pela fala, muito bonita. Meu problema não é a igreja, mas outro. Até também falar da igreja, é importante todo mundo saber para não haver mal entendido quanto à minha postura. A minha questão número um é a seguinte: concordo plenamente com você que não podia ter shopping ali, mas estou tão apavorado com o desrespeito do serviço público municipal de São Paulo e do Brasil todo. Eu rodo o Brasil inteiro minha gente, eu vejo em todos os lugares o abandono dos nossos objetos sagrados, o abandono pela Prefeitura e pelo Estado, um desrespeito total. Eu preferia fazer uma parceria, onde eles fariam um shopping de 10 metros para cima e embaixo um grande memorial, um grande movimento. É uma ideia para provocar. A nossa proposta é essa. É uma proposta para provocar a leitura e debate em busca da solução.

Agora o que vai ser, com certeza, vamos ter de fazer muitas reuniões para encontrar essa solução, o bacana é o seguinte: se depender do dinheiro público vão passar, 20, 30 anos sem sair. Daí que os homens ali estão querendo gastar esse dinheiro. A ideia é somar. Segundo ponto: ela falou uma coisa bonita e verdadeira: a igreja loteou aquilo ali, aquele cemitério, era, portanto, da igreja, e ela quem loteou aquilo ali. A Prefeitura: ela é culpada, é canalha. Mais ou menos. Mas a verdade é o seguinte: qualquer igreja católica, evangélica, o candomblé, a umbanda, todos vivenciam o sistema capitalista. E ela era proprietária e vendeu. Se vendeu de forma desonesta... Se mexer muito com esse assunto, vão mexer, mas o ideal agora é a gente bater em cima do que é a oportunidade de fazer ali um grande e bonito monumento. E só peço um adendo, em vez de ser um memorial da escravidão, seria da escravidão e resistência. (Palmas) Porque eu insisto na escravidão também como ela pelo seguinte: o povo judeu trabalha a opressão vivida pelo seu povo como instrumento de libertação e nós, povo negro, até hoje temos vergonha de trabalhar a escravidão como instrumento de libertação para o nosso povo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – A próxima inscrita é a Sandra Mariano do Conem.

**A SRA. SANDRA MARIANO** – Parabenizo o Vereador Reis, que sempre quando nós chamamos para fazer alguma coisa referente à população negra, não é por isso que ele é o presidente da Comissão Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial aqui na Câmara que também foi um apelo do movimento negro, quando formou o Fórum São Paulo sem racismo, o Vereador Reis nos atendeu prontamente.

Não vou contar história, que já foi bem contada aqui, mas lembrar que na primeira conferência de promoção da igualdade racial, que aí é só pegar os Anais, que muitas vezes se perdem, a questão do patrimônio do Estado de São Paulo, ela está lá. A primeira conferência foi em 2015, mas mesmo assim, antes, nós já discutíamos isso. Tanto é que o companheiro dos cadernos negros colocou, se formos pensar, há 40 anos que discutimos isso. Quando a Lúcia vem e nos fala que em 80 já foi encontrada a ossada, era na época do golpe militar, que

é logicamente, eles não tinham interesse nenhum de chegar, de preservar e procurar saber de quem eram essas ossadas.

O que entendo, apesar de que o companheiro chegou e falou a questão da ossada, de preservar lá, temos de saber qual é o sexo e qual a idade dessas pessoas que foram enterradas. Isso não é mexer no nosso sagrado. Porque aí que contamos a nossa história. Foi uma ossada encontrada, mas temos de saber e aí a possibilidade de saber de onde essas pessoas são. Por isso acho importante isso, e contando essa história, talvez se não fosse encontrada essa ossada, nós continuaríamos com a nossa luta de resistência, como o Frei David falou, aliás, o nosso nome hoje é resistência, resistência pela tirada dos nossos direitos, e quando faz isso, ou quando esquece ou então cria um shopping, isso aí está tirando um direito nosso enquanto negros e negras de poder contar a história dos negros no Estado de São Paulo.

---

Estava comentando com o Adriano Diogo, eu creio sim que a Prefeitura tem uma responsabilidade, mas o Estado também. Porque aquele espaço, se formos pensar sobre o metrô, ele é de responsabilidade é do Estado. Então vamos colocar todos os atores ali, porque não é de hoje que fazemos essa reivindicação. Na criação do Museu Afro foi uma batalha intensa para criarmos o Museu Afro. Está certo que tem uma outra configuração, mas o projeto vem desde o Governo da Erundina e somente no Governo da Marta que conseguimos fazer. Olha a história, a história não é hoje. Então é isso, não tem interesse. Logicamente que os governos não têm interesse. Mas nós estamos aqui sim, para ir para cima. Não podemos deixar que somente encontraram essa ossada, ah legal e tudo, faz o tombamento, e nós não damos continuidade a isso.

Então o Governo, o Brasil, quando ele tem, ele nos deve as histórias, agora então, temos aqui em São Paulo uma forma de cobrar mais do resultado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sandra. O próximo inscrito é o Adriano Diogo, nosso sempre deputado estadual.

**O SR. ADRIANO DIOGO** – Primeiro parabéns, Vereador Reis e todos os companheiros das entidades. A respeito do texto do Luís: Viver e morrer em São Paulo. Quero dizer o seguinte, a nossa geração não envergonhou. A nossa geração está de cabeça erguida e com dignidade. Podem chamar o Gilson Negão de velho, mas ele nunca envergonhou o time, nunca fez passar vergonha e se dependesse da nossa geração, os higienistas não estariam voltando.

Então, essa questão não é uma questão de brincadeira, a descoberta. O companheiro falou que as ossadas de Perus foram descobertas em 1989. Nós, os de cabelos brancos, os velhos, estamos sendo tratados como pessoas descartáveis, senis, que não prestam mais para nada. Isso é uma bobagem. Sabem quantas ossadas tinham em Perus? Mil e quinhentas. Noventa por cento de pessoas negras, assassinadas pelo esquadrão da morte. Dez por cento de crianças mortas pela meningite e os companheiros revolucionários eram em pequeno número. Sabem quanto tempo ficaram jogadas as ossadas no ossário do Araçá? Até dois anos atrás. Só agora elas foram tiradas das caixas e levadas para a Unifesp.

A Prefeitura conhece essa história desde 2007, quando o Luís Eduardo Soares fez a tese dele. Desde 2007. E se gente não enfrentar... Qual o problema dessa reunião? Qual é tensão dessa reunião? O empresário chinês quer terminar a obra dele e essa obra não para. E se essa obra não parar nesta semana, pode retirar as ossadas porque não vai ter nada lá. O chinês não quer nada. A estrutura de escoramento que ele fez nas paredes parece uma estrutura de escoramento de uma obra de metrô, nem a igreja vai sobrar. Rachou de alto a baixo. Como é que pode na Liberdade um chinês, que nem fala português, construir um troço totalmente ilegal? Será que ninguém vê esse troço? Será que ninguém vê? Já falamos com a Marília Barbour, Secretária Adjunta de Cultura, que tombou o DOI-CODI. Marília, como é que está esse escândalo? Como é que ninguém vê?

Tudo bem, os japoneses foram perseguidos na Segunda Guerra Mundial, teve campo de concentração na Ilha Anchieta, três mil japoneses o Dutra pôs lá. Expropriou cinco

mil japoneses na costa. Expropriou, virou o jogo, fez acordo com o Roosevelt, expropriou cinco mil pessoas. Então, não é problema de negros contra japoneses, é contra os direitos do cidadão. Por que qual era o problema: não tinha estado laico. Eu sou católico, queimado, mas sou.

A escrituração de todos os escravos e de todos os sepultamentos se fazia na sacristia. E qual foi a desculpa para lotear toda aquela quadra que ia da Rua da Glória à Galvão Bueno? Os ossos foram retirados e mandados para o cemitério da Consolação. Então, o que sobrou, sobrou. Vende picado todo o lote, venderam tanta coisa que fizeram um prédio atrás da igreja e quase derrubaram a igreja. Nem a igreja foi respeitada. Não sei como não venderam a igreja, só não venderam porque a população negra que frequentava a igreja... Se dependesse só dos católicos, vendia até a igreja.

O problema é o seguinte, ou a gente vai para a rua e faz um ato e interdita aquela obra e daí alguém tem de vir das altas esferas municipais e estaduais: Conpresp, Condephaat e IPHAN e fala: “para esse troço” e daí nós vamos avaliar, o fato de retirar os ossos para lá, sabe onde estão sendo identificados os ossos de Perus? Na Bósnia, porque aqui não tem laboratório. Na Bósnia. Porque teve um massacre lá e é único laboratório em funcionamento no mundo. Então, vamos parar com essa hipocrisia. Nós queremos saber o seguinte? Vai continuar a obra ou não vai? A hora em que parar a obra todo o resto do discurso está valendo, enquanto não parar a obra, quem está mandando é o chinês, que deve ser um reacionário.

Na quarta-feira, ao meio-dia, vamos tentar fazer um ato ecumênico porque esse lugar de fala colocou as pessoas em lugares tão antagônicos que parece que quem está falando aqui são os inimigos do partido “a”, do partido “b”, do mandato “b”. Isso acabou com a política e gerou o golpe, chega de lugar de fala e de isolamento. Vamos nos unir na dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – A Dra. Prof.<sup>a</sup> Verônica pede um aparte na fala do Adriano Diogo.

**A SRA. VERÔNICA AGUIAR SANTOS** – Eu queria só fazer um ajuste de

informação em relação às ossadas de Perus porque todo o trabalho de ler nos ossos o que eles contam e escrever essa história está sendo feito por arqueólogos majoritariamente e também por alguns peritos, mas a equipe é coordenada por arqueólogos brasileiros. É um grupo independente, mas com muito auxílio e tudo o mais. Apenas a análise de DNA está sendo feita fora do Brasil. É num laboratório muito especializado em trabalhar com esse tipo de informação, então é um dado importante aqui.

**O SR. ADRIANO DIOGO** – Muito bem, doutora. Ainda bem que foi criado o laboratório do CAAF e por iniciativa da Comissão da Verdade ele foi criado. A Soraia e eu achávamos até que essas ossadas já deviam ir para o laboratório do CAAF, essas encontradas.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra o Sr. Tiago.

**O SR. TIAGO** – Boa tarde a todos. Foram levantadas várias questões aqui, ação do memorial, resistência, mas uma questão aqui não foi levantada e acho que deveria também ser colocada. Os judeus quando sofreram todas as questões e quando chegaram ao tribunal na Alemanha eles receberam indenização, uma reparação econômica por tudo que eles sofreram e porque a comunidade negra brasileira até hoje não recebeu essa reparação econômica?

Merece sim só não ficar no blábláblá a questão de criação disto e daquilo, mas economicamente o estado sim tem de ser ferido, tem de ser reparado, a igreja Católica, seja lá quem for, mas economicamente a comunidade negra tem de receber sim uma indenização, uma reparação econômica. Ajudamos a construir tudo e economicamente não recebemos nada, somos apenas coadjuvantes? Nós somos protagonistas da história, não somos coadjuvantes. Como protagonistas da história economicamente sim, temos de receber uma indenização por todas as barbáries que foram cometidas com o povo. E se ali foi criado esse memorial, que esse dinheiro seja para isso porque de um jeito ou de outro tem de vir o dinheiro. São três milhões para trocar uma placa? Isso é miséria pelo que foi feito por nós, é uma miséria pelo que o Estado fez conosco. Tem que ser trocado o nome e uma sugestão,

para não dar confusão, coloca Afro-oriental abrange todo mundo, chinês, japonês, seja o que for. Facilita, paga o que for pagar e que venha uma indenização para o nosso bolso.

O povo negro está cansado de ser coadjuvante, nós somos protagonistas da história e os judeus não receberam economicamente? Não foram lá e foram indenizados? Porque no Brasil, que o período foi muito maior de sofrimento, nós não recebemos essa indenização, é justo sim, temos de ter uma indenização, tem de vir dinheiro para o bolso dos negros.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – A questão da estação do metrô foi feita pelo Estado, mas a praça da Liberdade passou por essa Casa, que aprovou que fosse acrescentado o nome Japão. E lá na Assembleia, por iniciativa do Sr. Governador, passou a estação do Metrô.

Tem a palavra o Sr. Welington Junior, da Educar.

**O SR. WELINGTON JUNIOR** – Boa tarde a todos. A importância daquele espaço para a população negra, não se questiona a importância, nós precisamos que aquele espaço seja efetivamente preservado porque a partir daquele espaço vai ser possível escancarar o que realmente aconteceu aqui em São Paulo com a população negra durante o período da escravidão.

É de suma importância que a história seja preservada e possa ser mostrada para as futuras gerações, é de suma importância que as crianças negras tenham acesso real ao que aconteceu com seus antepassados, as barbáries que foram cometidas naquele período e que efetivamente ainda vem acontecendo. É de suma importância que realmente tenhamos um memorial naquele espaço para que tenhamos como motivar as pessoas a frequentarem espaços que contem a real história da população negra e dessa maneira os negros consigam serem protagonistas, como diz o Tiago.

Em todas as últimas gestões o negro foi deixado em terceiro ou quarto plano em todas as decisões, nunca lembraram da população negra em decisões. Mudaram de estação na calada da noite, sabendo de toda a história que havia no bairro da Liberdade, do

desrespeito que seria com a população negra e agora querem novamente desrespeitarem a população negra, escondendo a história que aconteceu na liberdade, a história, a história da escravidão, do assassinato de negros naquele bairro.

Esse ano o Bruno Covas ganhou um presente. Ele vai ter a chance de ser o primeiro Prefeito a ter coragem de criar um museu que relembre o período da escravidão e que mostre o que realmente aconteceu em São Paulo. Esperamos que o Prefeito Bruno Covas abrace essa pauta, aceite esse presente e que cumpra com a função do poder público de realmente levar a verdade a tona de tudo o que aconteceu aqui em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra o Sr. Marivaldo Lemos.

**O SR. MARIVALDO LEMOS** – Boa tarde a todos, Vereador Reis, e todos da Mesa.

Quero agradecer que um dia como esse, dia 17 de dezembro, no final do ano, que muita gente está preocupado com os festejos de final de ano e nós estamos aqui com o plenário cheio, discutindo um tema tão importante. Essa casa é preciso ter vários Reis, estão faltando Vereadores comprometidos com a nossa causa aqui nesta Casa. Esse legislativo, através de uma ação do Vereador Reis foi criada a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial e os Vereadores pouco participam. Quase todos os seus membros, uma quantidade ínfima, só o Vereador Reis tem demonstrado para nós um grande interesse.

Vereador Reis criou através de uma lei que 20% dos funcionários que forem contratados no município de São Paulo, todos eles afrodescendentes e com isso há mais de 1500 funcionários no serviço público municipal. Vereador Reis criou através de lei para que advogados da Prefeitura, procuradores do município, que aqui não tem nenhum e deveriam estar aqui, sejam alçados através de concurso como procuradores do município de São Paulo e ganham muito bem. Quinze negros são procuradores dos 340 do município de São Paulo.

O Vereador Reis tem um projeto de criação em calendário oficial do município de São Paulo como o dia 20 de novembro para que a marcha seja contemplada com recursos do município. Isso é cabível e aceitável para nós. O Vereador convocou nesse dia, com as

entidades que participaram dessa audiência pública. Parabéns, Vereador Reis, é necessário que o Legislativo municipal tenha vários Reis porque não é aceitável que o ex-Presidente da Câmara era um negro e nunca teve uma ação voltada para esse tema. Temos que eleger pessoas comprometidas com o tema, mas negros que não são, como têm aqui e que querem destruir aquilo que foi criado, isso não pode acontecer. Temos que abraçar quem faz essas defesas, gente. (Palmas)

Vamos olhar para isso, essas defesas nós temos que abraçar. O movimento negro tem que se interessar, assim como hoje muita gente está, nesta data, representando as suas entidades, estou vendo que estão interessados, nós temos que olhar para isso. Temos que convocar o Ministério Público para vir aqui; temos que convocar a Igreja Católica, porque ela tem uma responsabilidade muito grande, secular e temos que convocá-la; as outras entidades.

Peço ao Vereador que convoque outra audiência pública para que vários temas aflorem aqui. É preciso falar que quando essa Administração entrou no Poder Municipal tosou todos os interesses do negro e da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, rebaixando-a, cortando o salário, cortando as verbas. Não adianta pedir verba só para Vereador, tem que pedir a verba para quem tem a chave do cofre, que é a Administração Covas. Eles é que têm que botar dinheiro na mesa para ser investido no negro. Estamos sendo atacados de várias formas com esse Governo que irá empossar ainda no dia primeiro e várias coisas estão sendo ameaçadas de serem cortadas.

Então, gente, vamos ter aquilo que as pessoas das ossadas de Perus tiveram: militância. Vamos acompanhar isso, toda vez que for convocada virem aqui. Toda vez que forem chamados trazer gente, participar, seja com o Vereador Reis no comando, seja com outros, temos que participar.

Quero aqui, por final, Vereador Reis, só contar uma historinha: esse companheiro que está ali chama Fernando de Souza. Ele tem uns 45 anos, por aí, 50, não é? Mais 30 de São Paulo. Se não forem dadas oportunidades às pessoas, ninguém se formará, ninguém

tomará curso. A filha dele hoje é médica, médica dentista.

Então, o que eu quero dizer é que é preciso aquilo que é direito nosso. Tem que funcionar, tem que dar a oportunidade, porque dando oportunidade nós seremos as pessoas que participarão desses debates e cobrarão, porque é preciso gente no Legislativo Municipal, Estadual e Federal comprometida com esses temas, senão não adianta ficar só discutindo aqui.

Porque a USP – o professor da USP transmita para o diretor e o Frei Davi sabe muito bem – a USP também nos tesoura constantemente. Não enalteça a USP toda hora não, porque a direção, a Reitoria da USP corta-nos os interesses, ela não permite de uma forma clara. Existe um sistema de cota, que é uma aberração, está aqui o Professor Davi, que sabe muito bem e não deixa eu mentir. É preciso abrir espaço para que o negro estude. Está aí a filha do Sr. Fernando, que foi para Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas e formou-se dentista. Se estivesse aqui em São Paulo não teria sido dentista. Então, é isso, gente. Vamos participar. É isso o que manda a nossa militância. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito bem. Só para a Taquigrafia registrar, eu tenho que passar o nome das pessoas que foram convidadas e não compareceram e nem mandaram representantes. Então, a Taquigrafia tem de registrar.

Foram convidados os Srs.: André Sturm, Secretário Municipal de Cultura; Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Carlos Augusto Mattei Faggi, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo; Isabela Sela, representante da Nova Fundação Cultural Palmares do Estado de São Paulo.

Pediram para eu avisar também, para que todos tomem conhecimento, que as imagens sacras do Palácio do Planalto, onde a família Bolsonaro vai residir a partir de janeiro de 2019, foram retiradas por ordem da Primeira Dama, inclusive a obra dos Três Orixás, da pintora Djanira da Motta e Silva, em exposição numa sala do Palácio do Planalto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Edson Domingues, sociólogo do PSB.

**O SR. EDSON DOMINGUES** – Quero cumprimentar o Vereador Reis pela brilhante iniciativa e a plateia, em nome do camarada Adriano Diogo. Tenho um carinho muito grande pelo Adrianinho.

Quero lembrar que no dia 20 de novembro de 2005, um domingo, a *Folha de S.Paulo* trouxe uma reportagem de capa dizendo da existência de um possível quilombo urbano na região da Vila Mangalot, em Pirituba, ou seja, 20 de novembro de 2005. Passamos 13 anos e até agora o Departamento de Patrimônio Histórico e o Conpresp não deram uma resposta para a população da cidade de São Paulo sobre esse tema, Adriano. Até hoje, Reis, não teve uma resposta sobre essa história. Glosaram a história da população negra com a questão do quilombo, Quilombo de Pirituba. Passou aqui a revisão do Plano Diretor, se alterou a configuração de potencial construtivo da área, muito imóvel está sendo demolido e ali tem uma história de resistência da população negra daquela região de Pirituba.

Eu queria fazer aqui, com base nessa história de 13 anos atrás, Vereador Reis, que sugerisse aqui à Casa, através de V.Exa., talvez com outros parlamentares, que tivéssemos algumas medidas como sugestão, estou colocando aqui. Uma, que o DPH e o Conpresp têm que sair desta Mesa, dessa reunião hoje com o compromisso de abrir um processo de tombamento do Cemitério dos Aflitos, primeira iniciativa administrativa, está certo? “Ah, mas já houve uma resolução que tombou a mancha urbana da Liberdade”. Mas, tem que colocar setor, lote e quadra configurando como o Cemitério dos Aflitos.

Segundo, que eu dou como sugestão, que esta Casa poderia fazer gestão junto ao Executivo – e aqui tem representantes do Executivo – já para abrir estudos para a transferência do potencial construtivo, porque senão vai acontecer o que o Adriano está colocando, vai se construir o shopping, vai se atropelar tudo e nós vamos ficar sem a memória da população

negra aqui em São Paulo.

Então, que fizéssemos com urgência junto ao Ministério Público Federal – está aqui o representante do Deputado Vicentinho. Que tivéssemos uma iniciativa de paralisar as obras. O Executivo está representado aqui, paralisa as obras até investigar com mais detalhes a matéria. E não só o setor, quadra, lote onde está sendo investigada aqui pela competente pela Lucia Juliani, mas que também colocasse a solidariedade dos lotes vizinhos, porque foi mencionado por alguém aqui da Mesa que tem ossada embaixo dos demais edifícios. Então, que se abra investigação, que o Executivo e o Legislativo também notifiquem os vizinhos e que a obra seja imediatamente paralisada, *okay?*

É isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sr. Edson Domingues. A próxima a fazer uso da palavra é a Sra. Maria do Carmo Paulino Santos, da USP.

**A SRA. MARIA DO CARMO PAULINO SANTOS** – Eu quero parabenizar o Vereador Reis por mais essa iniciativa, venho acompanhando o trabalho do senhor já há muitos anos. O senhor está de parabéns em relação a todas as iniciativas que tomou frente e em relação às questões das demandas do nosso povo negro.

Então, reforçando, a gente precisa realmente de ter mais parlamentares com esse compromisso e que não basta somente ser negro, mas se não defender a nossa causa. Com relação a isso, o senhor está de parabéns. (Palmas)

Em relação a essa questão, eu gostaria só de retomar uma fala da Professora Petronilha, porque em 2015, se não me engano, foi aqui nesta Casa quando a gente começou, teve um seminário intenso da Década Internacional do Afrodescendente, que tive a oportunidade de participar, a gente estava numa gestão totalmente aberta e participativa e conseguimos explorar algumas questões.

A Professora Petronilha, muito sábia, nos pegou e nos orientou. Falou assim para nós: “Nós precisamos ficar muito atentos às facetas do racismo”. O que eu gostaria de falar

para vocês em relação a esse descaso com a nossa população, a essas ossadas que foram encontradas expostas, abertas – e eu acredito que deve ter muito, muito, muito, muito mais ali debaixo daquela região, daqueles escombros, daqueles arranha-céus, daqueles palacetes, daqueles edifícios que foram construindo com a emancipação da nossa cidade de São Paulo.

Frei Davi, eu sou católica também, eu respeito a Ordem dos Franciscanos, mas eu gostaria muito que nesta Mesa hoje tivesse o Dom Odilo Scherer, porque essa situação para mim é uma situação de descaso e racismo da Igreja Católica e ela precisa ser responsabilizada à altura, porque nós não temos só esse descaso com a Capela dos Aflitos e com esse cemitério. Mas, temos também a Irmandade da Boa Morte, que está no descaso.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MARIA DO CARMO PAULINO SANTOS** – Não, agora não, Frei. Agora quem vai falar sou eu, né Frei, por favor. Contenha-se Frei, contenha-se. (Risos)

E nós temos também a Capela da Santa Ifigênia, temos outra irmandade ali. Tudo isso faz parte do nosso patrimônio cultural afro-brasileiro, a gente tem uma memória riquíssima na nossa cidade, naquela região da Liberdade, em todo o Centro de São Paulo. A gente tem muita história, a gente tem muito patrimônio ali e não dá simplesmente, me desculpe, a senhora que é uma pesquisadora do IPHAN, a gente acompanhando a situação que está o IPHAN, eu vou colaborar com a fala do Eneias, eles vão pegar essa ossada e vão fazer o quê? Vão encostar, porque não tem estrutura, não tem funcionário, não tem nada. Vão fazer o quê? Não pode.

Eu gostaria de defender que essa ossada ficasse ali na região. Gente, façam uma cripta ali na Praça da Liberdade, coloquem ali. Façam uma cripta e coloque essa ossada lá para que todo mundo que passar ali de dia e de noite tropece em cima e reveja a nossa história e a nossa memória. Por que as nossas demandas, as nossas questões acabam ficando sempre para trás? (Palmas)

A gente está diante de diversos governantes que não têm interesse nenhum. Não

têm, não há interesse e pelo que a gente está elegendo, tanto no Governo do Estado de São Paulo, como também para a Presidência da República, não há e não haverá interesse de manter a nossa história. Eles vão acabar com o consentimento de muitos de nós, negros, a gente precisa ficar muito atento a isso. A nossa história está sendo apagada.

Então, vejam bem, o poder econômico chegou naquela região há muito tempo. Agora colocam lá: Liberdade-Japão. Não, senhor, a gente não quer isso. Aquela praça tem outra história, então aquela história precisa ser revisitada e ser recontada sim. E as nossas crianças – a gente volta a falar da Lei 10.639, da Lei 10.645, que ficou somente no papel, porque a gente teve um governante muito interessante que foi lá e se debruçou e que assinou essas leis. A gente não pode esquecer disso. E quem é que assinou essa lei? Porque a gente fica, às vezes, querendo fazer volume para candidato “a” e “b”, mas ninguém vai lá e assina a lei, que vai de encontro aos nossos interesses e as nossas demandas.

---

Quero fechar com o seguinte: se hoje a futura esposa do Presidente tirou da memória da casa onde vão morar, eles estão lá hoje, gente, porque receberam muitos votos de muitos negros. Então, que a gente aprenda com isso também. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, muito bom. A próxima é a Sra. Patrícia Oliveira, da Universidade Federal...

**A SRA. MARIA DO CARMO PAULINO SANTOS** – Receberam votos de muitos negros, infelizmente. Faltou essa palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – A Mesa, assim que terminar, pois só tem mais duas pessoas para falar, irá se pronunciar.

**A SRA. PATRÍCIA OLIVEIRA** – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos, obrigada por todos que falaram antes, porque enriquece muito a nossa visão. Eu estou aqui não como representante da universidade, mas sou aluna. Então, vou fazer provocações baseadas naquilo que eu acho que posso contribuir mais.

Desde 2001, a escravidão é reconhecida como um crime contra a humanidade.

Então, a minha provocação é que ali, além de ser um campo santo, além de ser uma pesquisa arqueológica, ela é um espaço de crime. Então, aquele lugar tem prova forense e o Brasil costuma anistiar os seus criminosos e acho que isso precisa cessar.

Outra coisa – e aí mesmo estando na universidade – uma outra provocação é que *okay* levar as ossadas para outro lugar e estudar, isso é necessário, isso em memoriais do mundo inteiro acontece, mas também me parece muito mais uma reforçada postura do estado brasileiro em ser incrementalista, ou seja, para a gente para a gente não fazer nada, a gente faz isso. Então, a gente leva a ossada para um laboratório, retira do lugar, retira a autenticidade do espaço, estuda-se a ossada. Mas, qual é a finalidade que isso tem? A outra gestão é que responde e disso nós vivemos... inclusive as ossadas de Perus passaram o que passaram durante décadas.

Então, a minha questão é essa: eu acho que o povo negro – e é muito bacana ter uma iniciação como essa – para além de ser objeto de estudo, como fomos muito nos séculos XIX e XX, nós somos sujeitos. E para além de ir para o laboratório, eu acho que é uma demanda importante, mas é voltar e retornar àquele espaço.

E aí já também, em respeito ao Frei, em respeito à proposta da Educafro, que eu acho bastante interessante, mas também me soa como algo incrementalista. Respeitando aqueles que vieram antes de mim e que colocam isso, como bem disse o Frei, estão cansados de ver coisas que não vão dar em nada. A gente vem, põe uma proposta radical e ela não chega a lugar algum, mas eu ainda acredito que, se colocar um shopping e se se aceitar isso, é uma concessão ao proprietário, sendo que na verdade o proprietário não é o grande problema dessa questão e sim é o estado brasileiro.

Foi Portugal que implementou a escravidão, mas foi o estado brasileiro que a sustentou. Então, outra questão, também trazendo da academia, memorial e museu são coisas que precisam ser pensadas, porque a gente pode criar um museu, mas temos que manter a autenticidade do lugar. Se colocamos um vidro e suportamos outras estruturas em cima e

ressignificamos, como é que a gente diz ao nosso público que em cima de um cemitério tem uma loja de cosméticos? Eu acho que o símbolo precisa ser preservado e, novamente, é um espaço de crime.

E a última questão é que é raro ver o estado, o município e o federal funcionando tão sincronamente, mas a praça e o metrô mudaram de nome conjuntamente, praticamente na mesma semana e passou por esta Casa e passou pelo Metrô. Então, o Metrô que vai trocar a sua placa? É uma questão. Mas, esta Casa aprovou uma mudança e se vocês lerem o projeto de lei, eu convido que vocês leiam, dá a impressão de que São Paulo nasceu de um popup do século XX para frente.

Então, existe quem faça isso dentro desta Casa, que bom que existe quem esteja aqui hoje e que faça novas propostas, porque a ideia também não é conflitar com os imigrantes, mas mostrar que a história é feita de disputa e que agora existem pessoas disputando essa história hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Okay. O próximo é o Sr. Reginaldo Noveli Junior, Filhos da Mãe Preta.

**O SR. REGINALDO NOVELI JUNIOR** – Oi, boa tarde a todos. Eu sou o Reginaldo, cumprimento a Mesa e todos os presentes. Acho muito oportuno esse momento que aflora na Liberdade, a mudança da placa, e que se continue trabalhando as questões negras na nossa cidade como desimportantes e tidas ainda como radicais.

Quando a gente exige uma reparação histórica, quando a gente exige respeito a uma população, a uma etnia presente na nossa cidade, a gente está sendo olhado como inimigos. Fica uma briga de cordas, um cabo de guerra.

No entanto, precisamos voltar e perceber que estamos falando de pessoas. Precisamos voltar a humanizar os corpos que ali foram jogados ou sepultados. Eu acho também muito engraçado que os protocolos de arqueologia preveem que, quando há o sepultamento humano, os objetos e tudo o que foi identificado como sepultamento fique no

local e o processo que está sendo dado é um processo acelerado, a meu ver. Não é um objeto. Não é uma garrafa. Não é um prato.

Já se sabia historicamente que o local, o terreno da quadra, era um cemitério. Eu acho que já era diagnosticado isso por lei municipal de interesse na região. Não podemos tratar isso como um simples achado. Existe uma responsabilidade muito grande do Poder Municipal – e agora também estamos enfrentando o Poder Estadual – de olhar para a nossa história e recontá-la.

Com relação aos artefatos, ao que se encontra ali, precisamos de uma ampliação dos olhares. Nós precisamos de luzes. Hoje está fechado para visitação. Somos impedidos de fazer visitas. Está interditado, mas as obras ainda continuam, segundo o que me contam. Os relatos são de que as obras continuam e isso vai descaracterizar o local. Está descaracterizando-o.

---

Há o interesse da população e a população precisa saber da nossa história. Precisamos saber como foi possível na nossa construção de cidade certa mentalidade. No espaço onde corpos foram massacrados, onde era o pelourinho, construiu-se o Fórum João Mendes. Onde é a Praça da Liberdade era a força e ninguém se lembra disso. Não está no comum da nossa memória. (Palmas)

Nós precisamos reviver, colocar isso para todo mundo, pelas escolas, pelo bairro. Temos o Beco dos Aflitos, que dá de frente com a capela, que seria o centro do cemitério. Ele está, na verdade, apagado. Há aquelas lamparinas, aqueles postes orientais, as lanternas, e descaracterizou-se. Precisamos mostrar que aquele local é um local, sim, sagrado. Eu não sou religioso. Não frequento nenhum tipo de religião, mas acredito que é um desrespeito tremendo com os corpos de pessoas que estão ali, quando são retirados esses corpos sem que a comunidade e os religiosos participem disso.

Está sendo muito acelerado, gente. Está sendo muito acelerado esse processo – e fechado, porque o interesse vai ser de construir e, sim, passar uma base, passar um

cosmético. Olhem a piada. (Palmas)

Então, precisamos estender esse processo e discutir. Eu acredito que, sim, precisamos preservar o local, para que ele vire um museu, para que ele vire um local de ressignificação. Em frente a essa obra há um jardim oriental. Se o pessoal frequenta a Liberdade, deve conhecer. A Liberdade tem vários símbolos, que começam de 1900, 1900 e pouquinho para cá, e os da população negra, na Cidade, como já disseram aqui, como a Sra. Maria falou, estão esquecidos. Precisamos demarcar. “Liberdade” era o que o povo gritava para quem estava sendo enforcado. Não é “liberdade” ligada a qualquer coisa oriental. Estamos falando de liberdade, liberdade do povo negro – e não a temos até hoje.

Então, precisamos montar o nosso caminho, o nosso olhar, para os nossos processos civilizatórios, de humanizar o nosso passado e olhar para as pessoas que foram massacradas, porque, senão, não vamos entender hoje o processo carcerário, o processo da vala de Perus, onde 80% da população ali jogada eram de negros.

Precisamos entender a nossa história e entender que ela não acabou. Ela não é retilínea. Ela está aí e está sendo apagada a todo instante pelo Estado brasileiro, pelos interesses comerciais, pelos interesses financeiros. Precisamos pegar na mão e fazer história, porque somos nós, no presente, que vamos fazer isso. Então, é muito importante que a Câmara Municipal participe disso. Obrigado, Vereador Reis, por também se colocar à disposição.

Nós chamamos para o ato na quarta-feira, ao meio dia. Nós pedimos para que tragam velas. Vamos acender velas, também. Vamos fazer um pequeno percurso até a praça. Então, é muito importante a presença de todos e que repliquemos a ideia porque a ideia não está formada. Estamos falando de orientais no terreno. Estamos falando de brancos. Estamos falando de indígenas e de negros. Estamos falando de um período, assim como no caso Valongo, no Rio de Janeiro. É o mesmo período. Precisamos dar importância para esse momento.

É muito importante e grave a situação, em que o racismo impera mais uma vez, que é o apagamento da história, da nossa história. Sendo branco ou não, é a minha história, também, porque estamos no mesmo território. Nosso território precisa ser respeitado enquanto sagrado, também. Volto a repetir: tirar os ossos do local sem que exista uma cerimônia, sem que exista um respeito com pessoas, é cruel. É cruel, realmente. Não podemos, no momento em que estamos, permitir isso. Eu acho abominável. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado. Agora, Tem a palavra o Sr. Lucas Freitas, da Educafro. É o último inscrito.

**O SR. LUCAS FREITAS** – Eu quero agradecer o espaço, à Casa e às pessoas que fizeram fala técnica a respeito do caso. Eu sou estudante de arquitetura e urbanismo. Futuramente serei um dos agentes do patrimônio brasileiro, mas em outro lugar, onde não se encontram referenciais negros. É muito importante estar neste espaço. Eu não sou de São Paulo. Eu tenho aprendido sobre a história de São Paulo como militante, como estudante de arquitetura e urbanismo, e vejo a ausência da academia neste espaço, que é onde discutimos, onde aprendemos como o patrimônio deve se dar e o que devemos respeitar do patrimônio.

Eu tenho visto que, em São Paulo, é muito frequente a história do negro ser apagada, sim – inclusive, na academia. Recentemente, fizemos um estudo sobre o Bixiga. Eu descobri os quilombos, a origem do Bixiga e por que o Bixiga é um bairro conhecido como bairro italiano. Por que essa história é sempre negligenciada? É a história base, das primeiras – além daquela dos indígenas, é claro, que não é contada. Os indígenas ainda estão abaixo dos negros, a respeito de quem era dono de tudo isto, aqui. Então, precisamos dar nome aos agentes, dar nome aos donos de tudo isto e hierarquizar quem tem de tomar as decisões sobre o que deve ser feito.

Este espaço é incrível. Eu quero que ele continue e que haja outros espaços como este. É importante a linha conciliatória, de trazer os japoneses, trazer órgãos da Liberdade, de comércio, econômicos, para que eles entendam a importância do que estamos reivindicando.

Que mais agentes venham a compor este espaço para definirmos juntos, mas com o negro como protagonista, ao dizer o que é importante, e os outros, para que eles entendam que isso é importante, porque viemos antes. Os relatos da chegada dos japoneses são de 200 anos depois desse acontecimento, da importância desse local. Então, eles têm de entender que vieram muito depois e que temos de ser protagonistas no que deve ser feito nesse espaço. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado, Sr. Lucas. Vamos, agora, para as considerações da Mesa. A Sra. Leila é a primeira a se inscrever e tem a palavra.

**A SRA. LEILA MARIA FRANÇA** – Eu já pensava em falar, de acordo com as falas, mas, aí, o IPHAN foi mencionado e eu preciso fazer um aparte.

Em primeiro lugar, todos nós sabemos que as relações todas que são feitas no serviço público não estão dadas. Elas são construídas. Então, eu fui convidada para vir. Eu nem sabia o que ia haver e eu acho que o meu objetivo foi ouvir. Por quê? Porque nós sabemos que o IPHAN é um órgão que existe há décadas, mas muito recentemente possui pessoal para fazer alguma coisa, muito longe do desejável. Se vocês virem o orçamento do IPHAN, a cada dia menor, será algo que os levará a perguntar como é que conseguimos ainda fazer alguma coisa.

Porém, nós temos hoje uma equipe que acompanha o estado atual de acompanhamento, que é mais inclusiva – inclusive, das populações remanescentes. Então, eu vim justamente para ouvir e estou aprendendo muito com vocês, porque, como Poder Público, eu consigo entender, aqui, o anseio de todos vocês e o meu objetivo, dentro do que é o escopo do IPHAN nessa questão, é entender que, embora isso que...

Como eu disse na minha fala e vocês devem ter ouvido, nós estamos tratando de remanescentes de corpos humanos, de pessoas que tiveram vidas, e o fato de esse material ser considerado tecnicamente e para fins legais como remanescentes arqueológicos faz com que nós tenhamos alguma postura de gestão em relação a eles, mas nós, no IPHAN, hoje,

sabemos muito bem que não são restos arqueológicos. Nós falamos de forma técnica e didática, mas nós sabemos que ele tem um significado muito além, que já foi falado por todos, aqui.

Então, da minha parte, o que eu posso dizer é: eu levarei para a minha chefia, minha superintendência e superiores. Quem sabe, eu consiga falar com um pessoal e ter uma audiência com os meus colegas de Salvador, que fazem uma gestão da cultura negra mais próxima, para ver como podemos fazer e receber sugestões do IPHAN?

Entretanto, gente, trabalhar no IPHAN é uma militância. As pessoas não têm a menor ideia do que fazemos ali, porque nós estamos dentro de um País que é capitalista e temos uma Constituição que defende a propriedade privada. Nós temos relações muito conflitivas e dentro do Governo Federal devem existir poucas equipes tão militantes e tão na contramão de tudo o que está sendo feito como o IPHAN, porque o IPHAN sabe e tem consciência de todas as mudanças que estão acontecendo e de todas as ameaças.

Então, eu quero dizer que a nossa presença, aqui, é colaborativa e eu estou pronta para ouvir todas essas questões e tentarmos construir algo novo, o que até hoje não foi posto. Vamos tentar fazer. Eu me comprometo, enquanto estiver na instituição, a me envolver com isso, inclusive, porque eu tenho – e disse para ele – um carinho especial pela causa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Que bom! Muito obrigado, Sra. Leila. Vamos ouvir a Sra. Paula Nishida Barbosa, pelo Departamento do Patrimônio Histórico.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** – Eu vou tentar me lembrar de algumas questões que foram levantadas. Se eu não responder tudo, depois podemos conversar um pouco mais.

Só quero destacar um pouco o papel do DPH, do Centro de Arqueologia, que vem desde a década de 1980. Então, acho que pouquíssimas pessoas sabem que na cidade de São Paulo temos um passado indígena de cinco mil a seis mil anos. Esse acervo está conosco

e temos, na medida do possível – nós somos três –, tentado trazer essa arqueologia para o presente, com a colaboração de todo mundo. Então, vemos que a arqueologia tem o papel de dar voz àqueles que não tiveram voz. No livro de histórias você tem essa narrativa apagada e foi por isso mesmo que temos pensado nos perímetros arqueológicos.

Aí, respondendo ao que o nosso colega... Desculpe, Sr. Edson. Então, foi feito o tombamento da Liberdade e o perímetro... Há o Setor Quadra Lote. Ele não foi homologado ainda, mas o perímetro arqueológico que foi feito para a Liberdade foi com base no Cemitério dos Aflitos. Então, você tem uma mancha que é toda do Cemitério dos Aflitos. Então, assim, já está tombada essa parte.

Eu quero destacar, também, que a arqueologia brasileira, hoje, não fala mais “arqueologia da escravidão”. Ela fala “diáspora africana”, porque ela vê a resistência. Aquele foi um ser humano, que foi escravizado, foi sequestrado e foi contra a vontade. Então, quando se pensa na arqueologia, são as culturas africanas e suas resistências. É por isso que não falamos mais “arqueologia da escravidão” e nem pensaríamos em um memorial da escravidão, mas em um memorial da resistência africana.

Então, assim, também seguimos instrução normativa do IPHAN de 2015. Eu quero dizer que, para além dessa discussão, se está indo rápido ou não, os ossos vão ser retirados e, por recomendação e exigência do IPHAN, vão ser limpos, higienizados, acondicionados. Eles vão ser estudados com o objetivo de contar a história desse ser humano, se ele tinha alguma doença, por exemplo – se houver condições de análise, porque temos um problema nesse terreno: os ossos estão muito fragmentados. Então, você consegue ver que tipo de atividade a pessoa exercia.

Eles não vão ficar largados em um depósito. Nós demos um endosso institucional, a salvaguarda desse material, para ficar na nossa reserva técnica. Não é nosso interesse que eles fiquem guardados lá. É nosso interesse que haja a extroversão. É sempre do nosso interesse que o material fique no seu lugar. Quando você tem um resgate desse tipo, os

arqueólogos contratados são obrigados a fazer a higienização. Eles não podem ficar largados em um canto. Então, eles vão seguir uma série de normas, que vão desde o tipo de embalagem ao tipo de acondicionamento desse material. É lógico que não é nosso interesse que ele fique lá.

Nós temos um pequeno laboratório e demos um endosso institucional porque o estudo foi feito por nós. A recomendação da arqueologia foi feita pelo Centro de Arqueologia. Ou seja, o proprietário chegou, mostrou o projeto e nós falamos: “Esse projeto só pode acontecer se tiver resgate arqueológico. Nós precisamos saber o que há lá e para qualquer coisa que for feita tem de haver um arqueólogo junto”.

Inclusive, existia o risco de as paredes caírem. Por isso foi feito o estaqueamento. Como eles tiraram muita terra, desprotegeram-se as paredes da lateral. Nós fomos até o IPHAN e explicamos a situação, de que havia o perigo dos moradores do lado também perderem suas residências, então, fomos pedir uma autorização para o Iphan acelerar a liberação dos trabalhos de arqueologia lá. Então, a gente quer dizer que a arqueologia vem como um aliado, embora os ossos tenham sido retirados, eu me comprometo a abrir o local para cerimônias no centro de arqueologia, está todo mundo convidado, a gente marca um dia e se for para lá podemos fazer uma cerimônia lá também.

Se vocês quiserem eu passo o meu contato. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Quero agradecer a Sra. Paula.

Tem a palavra o Frei David.

**O SR. FREI DAVID** – Gostaria de saber se alguém da sua assessoria que possa passar para você todas as propostas feitas nessa audiência e ver quais serão levadas adiante. O segundo ponto, não ficou para nós... Ficou bem evidenciado que o tombamento da grande área, que era do cemitério. Ficou bem evidenciado nas falas que tombamento e nada é mesma coisa e o que se quer mesmo é a desapropriação para garantir mesmo a nossa causa. Eu gostaria de saber, que alguém explicasse, se vai mesmo, se tem algum processo para garantir

a desapropriação.

Outro ponto, ver com nossa companheira Paula, se o patrimônio histórico... Agora é a obra, se vai nos próximos dias embargar a obra. Para nós é fundamental parar imediatamente. Eu fui lá ontem e vi que está a 500 mil por hora em pleno domingo, portanto, Reis, concluo dizendo da definição do encaminhamento e a próxima audiência, até valorizando a fala da nossa irmã aqui, que falou que o Frei tinha de ficar mais calmo, é que eu queria te ajudar. É o seguinte, gente, o cardeal aceita qualquer compromisso, mas manda representante, que não tem poder nenhum. O que estou propondo aqui na Mesa, que está em jogo a causa do povo negro, e para mim a causa do povo negro é maior que a igreja que pertencço, então, proponho ao irmão Reis que primeiro consulte o Cardeal para ver a data que ele pode vir pessoalmente. Daí nesse dia ter uma audiência específica para ver todas as demandas. Não é o assunto em si dessa obra, são várias demandas onde o negro é humilhado nessa arquidiocese. Padre Luís Fernando está aí? Ele vai me entregar ao Cardeal, vou ser expulso. Estou brincando, é companheiro. Digo que todas as demandas do povo negro nessa arquidiocese não foram levadas com amor a causa do reino de Deus.

Então, que você consulte o cardeal, numa data bem tranquila, e que a pauta seja a relação da arquidiocese com o povo negro e tem muita ferida aí. A boa morte foi construída por nós negros e o cardeal tomou de nós e deu a um grupo lá agora que faz qualquer coisa na igreja e não tem nada reverenciando nossa luta. Isso é inaceitável.

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** – Posso responder para o Frei? Desculpa, é que o Frei fez uma pergunta. Ou se quiser a gente continua conversando também, é que eu lembrei que o DPH aplicou uma multa também ao proprietário.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** - Eu não tenho essa informação. Ele vai pagar, está restaurando o telhado e uma parede da lateral. Fizemos uma reunião há dois meses, com os representantes...

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O DPH não pode embargar a obra?

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** – Não. A gente não tem...

- Fala fora do microfone.

**A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA** – A Prefeitura Regional. Então foi isso, Nós aplicamos a multa, o proprietário vai pagar fazendo essa benfeitoria na capela. E quanto ao embargo, não cabe ao DPH.

**O SR. ÁLVARO** – Apenas complementando, o proprietário do imóvel tem uma autorização do Conpresp/Condephaat, da Prefeitura do Município de São Paulo e do IPHAN para executar obras de emergências. As obras que ele está executando são obras de emergência, de contenção da vizinhança. Pelo amor de Deus, aquilo não é obra da edificação do prédio. Não é prédio. Não é shopping nenhum lá. Aquilo é só contenção de lateral. Sou engenheiro civil, sou engenheiro de segurança. É perigoso, aquelas paredes são altas, vai começar a época de chuvas, aquilo não pode parar. Se deixar do jeito que está, aquilo vai vir a baixo. É uma obra preventiva.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Existe algum pedido de obra para o prédio. Existe um projeto protocolado do shopping?

**O SR. ÁLVARO** – Existe projeto em aprovação...

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Mas não com vocês? Está na Secretaria?

**O SR. ÁLVARO** - Sim. Está na Secretaria das Subprefeituras, também. Só que depende ainda da aprovação de Conpresp/Condephaat e da autorização do IPHAN. Então, essa parte da obra em si, se vai ser shopping, comércio, venda...

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Quantos metros quadrados têm o imóvel?

**O SR. ÁLVARO** - Acredito que uns 400.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Pode construir a partir de qual gabarito?

**O SR. ÁLVARO** – Para cinco pavimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Dois mil metros?

**O SR. ÁLVARO** - Acredito que ele vá construir uns 1.200.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Ok. Com a palavra a Sra. Lúcia Juliana.

**A SRA. LÚCIA JULIANE** – Minha fala também é rápida. Em primeiro lugar gostaria de falar que aprendi muito nessa audiência pública. Lembrando a fala do colega, quero pedir mil desculpas para a comunidade negra. Nós tivemos, fizemos com boa intenção, mas não pensamos em procurá-los. Isso foi uma falha. É preciso pedir desculpas. Nós arqueólogos sempre assumimos um compromisso frente às comunidades associadas aos sítios que estamos pesquisando. Mas assim, pesquisa rápida. A pesquisa precisou ser muito rápida justamente pelo problema que o colega aqui falou. A demolição aconteceu sem prevenção e aí existe um risco enorme de tombar tudo aquilo, inclusive sobre o sítio arqueológico e sobre nós que estávamos trabalhando dentro do terreno. Então a pressa era para acabar antes que a chuva chegasse. É uma realidade isso. Orientação dos engenheiros, tanto da obra, quanto da Prefeitura e do próprio engenheiro do IPHAN, que aprovou isso emergencialmente. Mas a minha fala é de pedir desculpas. Eu aprendi, nunca mais, isso vai acontecer sem eu procurar a comunidade.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O senhor pode responder a pergunta? Ele quer saber quantos andares estão previstos, lá dentro, além dos que serão para cima.

**O SR. ÁLVARO** – Agora não tenho condição de responder, porque não tenho o projeto. O que estou acompanhando é somente a estrutura que eles que estão fazendo de contenção. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Com a palavra a Sra. Verônica.

**A SRA. VERÔNICA AGUIAR SANTOS** – Na verdade gostaria de reforçar um pouco a fala da Paula. A arqueologia é uma ciência, está na Academia, tem sua própria história de desenvolvimento, que foi colonialista por um longo momento. Que vem fazendo uma reflexão sobre si mesma e tentando cada vez mais deixar de ser colonialista. E ter essa

conversa com as comunidades. Gostaria de lembrar na verdade outras pessoas sepultadas em outros cemitérios, que foram esquecidos pelo crescimento da Cidade, que foram recobertos pelo crescimento da Cidade e que foram e vem sendo resgatados ao longo dos últimos anos. E não ficam esquecidos em uma reserva técnica, num depósito, mas são estudados e sobre os quais se produz novos conhecimentos e novas informações sobre uma história que não é dos livros. Não é a história que os livros contam. E que tem muito a ver com a população de africanos e de afro descendentes escravizados.

Como o cemitério do caso do Valongo, cuja história começa ainda no final da década de 80, com as primeiras escavações. O Cemitério da Igreja de Santa Rita, no Rio de Janeiro, que vem sendo trabalhado agora e que estava embaixo da área de crescimento da Central do Brasil e que vem sendo um trabalho construído junto com o movimento negro do Rio de Janeiro. O Cemitério da Sé de Salvador, do qual foi resgatado uma centena de esqueletos de afro descendentes, de africanos recém-chegados e escravizados. O trabalho de vários colegas mais recentemente vem demonstrando, inclusive a vinculação com as áreas de África, de onde essas pessoas foram sequestradas e trazidas para o Brasil. O Cemitério da Igreja de São Jorge, no Rio de Janeiro, onde a grande área foi desapropriada pelo Governo do Estado da Guanabara, na verdade, para a abertura da Presidente Vargas e a construção do arquivo histórico nacional sobre a área cemiterial. E assim tem outros, eu poderia seguir enumerando, mas são alguns: São Miguel Paulista; Praça XV no Rio de Janeiro, em frente a igreja da antiga catedral do Rio, também uma área fora do cemitério, fora da igreja, destinada à população escravizada. São todos resgates de histórias. Porque a história não conta e que a arqueologia tem tentado conversar de outra maneira, deixar de ser tão colonialista sim. E construir em conjunto, de uma outra forma. É um processo em construção, um processo que está acontecendo. Acredito que enquanto pudermos conversar e pensar conjuntamente quais são os caminhos para onde estamos indo, todos nós temos a ganhar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Com a palavra o Sr. Alexandre Teixeira.

**O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA** – Uma das questões que vejo como babalaô é de extrema importância quando a gente fala, na nossa cultura, sobre a questão de morte. E quando, na nossa tradição, sim, existe um grande rito na qual, eu acredito, nós como sacerdote, na qual, com o poder civil do fórum que tem de matriz africana, cabe a nós nos reunirmos, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, com toda ajuda que a gente tem da nossa Secretária Adjunta Elisa Lucas, que sempre está em prontidão para nos reunir para que, de fato, venha à tona, como iremos fazer com relação às Nações para que possamos fazer um rito na qual sabemos que a morte é algo muito importante para nós da religião. Já sabemos, Lévi-Strauss, esse grande antropólogo, já dizia que a morte simplesmente é uma passagem e para nós das matrizes africanas acreditamos que os nossos antepassados são o ponto de partida que faz como que a gente sempre lembre da nossa memória, de onde viemos e para iremos levando essa construção.

Como eu disse no início de minha fala, nós dentro da cultura africana, sabemos que nada é por acaso, e que essa questão que hoje está vindo à baila, principalmente com a pesquisa e fé, acredito que temos de caminhar juntos rumo à igualdade e à humanização e o respeito, principalmente para a população negra, que há anos, séculos, são deixados de lado. Chegou o momento de nós negros escrevermos a nossa história. Vemos as literaturas que têm como Roger Bastide, Pierre Verger e aí eu pergunto onde estão os negros para reescrever a nossa história, além do mais, falar daquilo que é mais importante que queremos na nossa comunhão de gerar vida, vida para os nossos filhos, vida para as pessoas que vêm a seguir e nada melhor que de fato essa interação entre a pesquisa e a fé que nos move no nosso dia a dia. Muito obrigado. (Palmas)

- Fala fora do microfone.

**A SRA. LÚCIA JULIANE** – Gente, vocês me deixaram muito emocionada. Meu Deus! Que coisa linda! Vai me acompanhar durante todo o meu trabalho. (Palmas) Obrigada! Vou aproveitar e pedir para o Frei David escolher um dos participantes do seu grupo, do

Educafro para trabalhar conosco no laboratório dos ossos. Tem de escolher um habilidoso, porque o material é delicado. Por favor. Obrigada, gente! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Com a palavra a Secretária Elisa Lucas.

**A SRA. ELISA LUCAS RODRIGUES** – Primeiramente, quero parabenizá-lo, nobre Vereador. Foi de uma felicidade muito grande a escolha desta Mesa. Enquanto gestora pública, que venho atuando há quinze anos como gestora, mais ou menos uns 36 como ativista, saio daqui com a minha missão. Quando eu fui chamada para o cargo de Executiva Adjunta nos Direitos Humanos, foi exatamente para estar resolvendo as questões raciais. Por isso saio daqui com mais conhecimento, convicta do nosso papel e também para levar ao nosso Prefeito todas as reivindicações, tudo que ouvimos aqui. Espero sinceramente que tenhamos sucesso absoluto nessa missão.

Obrigada! (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O direito de pedir é sagrado. O direito de pedir é constitucional e é sagrado. Precisa ver se o lado a quem se pede, segue essas premissas. O pedir não é problema. Vamos encaminhar junto à Secretaria de Igualdade Racial e quero dizer que hoje temos a Secretária Executiva de Igualdade Racial, por conta da luta de vocês, porque quando o João Agripino Doria rebaixou o status Secretaria de Igualdade, virou uma coordenadoria, depois da coordenadoria virou um grupo, um setor, um grupo de trabalho, e o movimento negro se organizou e foi recebido pelo Prefeito Bruno Covas, e ele falou: não posso assumir o compromisso de recriar a Secretaria de Igualdade por conta da proposta que foi às urnas e foi escolhida pelo povo e na sua maioria o povo negro. Vamos entender isso. O povo reclama, reclama, mas vai na urna e vota no João Agripino, no Bolsonaro... (Palmas)

Não estou responsabilizando vocês. Estou responsabilizando os mais de 53% da população de São Paulo que foram às urnas e votaram. Não estou dizendo que foram nós. Mas a maioria. Quando diz a maioria, é a maioria. E a maioria é composta de todos.

O que acontece é justamente isso, ele falou: olha como a maioria escolheu esse projeto que está aqui eu não posso voltar atrás na posição do João Agripino Doria, que manteve, dentro do que foi discutido, o compromisso de que teria uma Coordenadoria de Igualdade Racial na Secretaria de Direitos Humanos e que teria uma secretaria executiva para poder interagir com outras secretarias. Esse compromisso foi feito e cumprido, não podemos dizer que não foi. Está aqui a Secretária Elisa Lucas, que foi nomeada. Foi todo um processo, não caiu do céu. A questão da Secretaria Executiva das Mulheres também não caiu do céu.

Então, gente, eu quero dizer o seguinte: nós vamos encaminhar as Notas Taquigráficas desta audiência pública para o Prefeito, para os departamentos que participaram aqui e para o Ministério Público, porque tem um Promotor do Meio Ambiente, que está responsável por acompanhar essa questão.

Segundo o próprio Adriano Diogo que me passou no sábado vários telefones para eu entrar em contato e entrei em contato com o Promotor. Ele falou: “Não sou eu que estou cuidando do caso, mas tem um promotor, vou passar para ele” e ele disse também que no caso de embargar o Ministério Público tem de entrar também, porque qual é base de a subprefeitura embargar? Ela vai chegar lá e falar: “Não, eu vou embargar, porque ele tem o projeto, tem a propriedade”. Então, temos de pedir para que o Ministério Público entre em ação com os departamentos aqui representados, mas que o Ministério Público iria até entrar com uma ação na Justiça.

A questão da mobilização é importante. Porque se não tiver mobilização, gente, não vai acontecer nada, vai ficar do jeito que está. Então, mobilizar é isso, vai ter o ato na quarta-feira, tem de dar corpo, tem de movimentar as pessoas para estarem presentes. Vou fazer um abraço lá ao imóvel, tem de chamar a atenção da mídia.

Agora, não se chama a atenção da mídia se você chamar um ato político e aparecerem dez, 15, 20, 50 pessoas. Isso não vai chamar a atenção da mídia, ou seja, o movimento é muito grande, tem de fazer com que as pessoas tenham essa consciência de que

têm de se mobilizar, participar e obviamente vamos pedir uma reunião com o Prefeito. Vamos levar a demanda para o Prefeito. O ato de desapropriar é um ato do Executivo. O Executivo declara utilidade pública para aquele imóvel e reserva os recursos para pagar a desapropriação, ou seja, há o recurso, há o dinheiro? São perguntas que estão nas mãos do Executivo, o ato é dele, não do Legislativo.

Podemos até tensionar, eu até pedi a minha assessoria para construir um projeto para declarar utilidade pública aquele imóvel. Mas, isso é luta política, gente. Isso não é coisa que o Vereador vai lá e decreta utilidade pública, porque não é ato do Vereador e sim do Executivo. Mas, eu pedi para protocolar e protocolar também a questão do memorial, porque aqui há uma divisão nas falas que aconteceram na data de hoje. Há pessoas que querem um museu, querem um memorial, querem um shopping, querem que no shopping haja um espaço reservado. O que foi ouvido aqui é que estará nas Notas Taquigráficas.

Então, eu acho que tem de se tirar uma comissão aqui com uma proposta única, porque com várias propostas assim também, elas se perdem no tempo. (Palmas) Se cada um pensar: “Quero ir para esse lado”, “Quero ir para esse”, “Eu quero ir para o Centro” onde iremos? Tem de se unificar o entendimento do que realmente querem. É um museu? Então, vamos trabalhar para que haja um museu. Não é um museu? Até porque os museus estão todos abandonados, estão até sendo incendiados. Porque é incrível o que acontece na cidade de São Paulo, aqui os monumentos são abandonados mesmo, tudo pichado, cheio de lixo.

Realmente o interesse econômico atropelou tudo, porque o interesse econômico era para separar: “Não, esse aqui é um patrimônio cultural, tem de ser preservado, aqui não deve construir prédios”, porque os prédios foram tomando conta de tudo e você não consegue identificar na cidade de São Paulo – às vezes, andando, você vê uma igreja no meio de um prédio e de outro – quer dizer, aquele espaço que deveria ser preservado para a população conhecer a história da cidade deixou de existir porque o interesse econômico passou por cima de tudo. Basta olhar para o Anhangabaú para ver aqui e acolá um monumento abandonado e a

Prefeitura não tem uma política. O discurso da Prefeitura é o que foi falado aqui, não há dinheiro para nada. “Não tenho dinheiro”, “De onde virá o dinheiro?” Então, o discurso é que para tudo o que se vai fazer não há dinheiro. Por isso, está tudo abandonado.

Algumas coisas começam a cuidar, mas depois abandonam. Andando na cidade você vê que realmente os monumentos estão pichados, com lixo, mato. É um abandono total. A cidade, o Centro de São Paulo está um abandono total. Estou até andando nos Jardins, na área da Rua Itália e estão recapeando tudo, deixando como um tapete. Mas, saio daquele triângulo, acabou.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Alguns bairros da periferia estão melhor cuidados do que o Centro de São Paulo. O Centro de São Paulo é uma vergonha, é um abandono total e me parece o seguinte: eu nunca vi os governantes terem uma política para resolver isso. Não é só o atual não, isso vem de velha data, entra Prefeito, sai Prefeito, maquia alguma coisinha por lá, mas passou dessa rua para lá, você entra ali nessas ruas aqui perto da Câmara mesmo, tem a pracinha ao lado da Câmara, não é preciso ir longe não. Ando 50 metros aqui e já identifico o descaso do Poder Público com referencia ao Centro. É um abandono total, sendo que deveria ser muito bem cuidado. Infelizmente, o discurso é esse: “não há dinheiro”. Então, como não há dinheiro, vão quebrando tudo, vão depredando e destruindo a história da cidade e a nossa história, é claro.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Mas, ela não fica só na regional mesmo. Não, tudo bem.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Mas, Adriano, ela não está só na regional. Ela está na Secretaria também, é que os dois agem e trabalham conjuntamente. A Secretaria de Licenciamento, que agora passou para Desenvolvimento Urbano, é isso? A Secretaria de

Licenciamento se unificou com a de Desenvolvimento Urbano, então essa secretaria acompanha e a sub também, não é somente uma secretaria só que acompanha esse caso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Sexta-feira? Essa semana é impossível, estamos...

Vocês podem se encontrar e discutir o assunto, não tem problema nenhum. agora, estamos com o calendário da Casa meio complicado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Não, a agenda do Prefeito nós iremos pedir de ofício.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Então, é o tal negócio, a gente pede agenda, o pedir nós iremos fazer, o conceder a agenda depende da outra parte. Sim, nós vamos pedir a agenda, a Secretária vai nos ajudar. Pediremos a agenda e a Secretária irá nos ajudar. Agora, é o “pedir”, porque às vezes as pessoas já interpretam como se já houvesse a concessão. Então, vamos fazer o pedido, pedir para a Casa Civil nos ajudar e nos intermediar e obviamente vamos torcer para que o Prefeito nos atenda o quanto antes.

O Prefeito parece que vai se afastar do cargo daqui uns dias, porque ele vai viajar. Há coisas que não dependem da nossa vontade, eu queria que as coisas acontecessem de hoje para amanhã, mas não é assim.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Reis, vou fazer uma pergunta: quanto tempo demora para fazer as Notas Taquigráficas?

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Assim que entregarem...

**(NÃO IDENTIFICADO)** - Então, como vai ter o ato público na quarta-feira ao meio dia. Às 11 horas na igreja católica e ao meio dia o ato público geral ecumênico. Todos os presentes estão convidados para esse ato público e logo que saírem as Notas Taquigráficas todos irão ler e já poderemos marcar uma reunião para dar os encaminhamentos. A gente tem uma estrutura e um foco para isso.

**A SRA. LAURA CAPRIGLIONE** – Concordo com o senhor quando diz que não podemos levar 15 propostas, porque é diversionismo isso, quer dizer, quem nós somos? Cada um fala uma coisa. Então, eu acho que a gente deveria – e aí estou propondo esse pensamento para o senhor e para a Educafro, nós queremos avançar nessa coisa. Se queremos avançar, não vamos começar já recuados. Então, por exemplo, o que estou falando é o seguinte: vamos deixar essa possibilidade, estou propondo como método, de negociar uma conversa com o Ikesaki, que é quem quer construir um shopping lá na negociação. Nós começamos já falando que queremos um memorial, entendeu?

Eu acho que, só para entender, o que eu estou falando é o seguinte: não vamos entrar já recuados falando: “Vamos construir o Ikesaki”. Estou falando o seguinte: vamos propor já a nossa ideia, que é a preservação do cemitério, do resto do cemitério e a construção de um memorial. Ele vai querer negociar, aí nós vamos. Aí é outra coisa. Quando ele negociar, nós vamos falar: “Bom, então a Prefeitura...”, porque uma das possibilidades é a seguinte: a Prefeitura ceder outro espaço para ele a título de indenização, mas preserva o nosso espaço lá. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LAURA CAPRIGLIONE** – Exatamente, por isso que estou falando em vez de a gente pegar e já entrar propondo “vamos dividir o espaço”. Espera só um pouquinho, não vamos partir do pressuposto de que nós vamos dividir o espaço com o Ikesaki.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Gente, não é o Ikesaki o dono. Não tem nada a ver o Ikesaki.

**R** – É o Ikesaki.

**P** – Não.

**R** – O shopping não é do Ikesaki?

**P** – Não, não. Não tem shopping lá.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – É um chinês, o Cheng que é o dono.

**A SRA. LAURA CAPRIGLIONE** – Gente, os caras estão falando que era o Ikesaki.

**P** – Não, é que eles procuraram...

**R** – Não importa quem seja.

**P** – Gente, deixa eu dar um...

**R** – Eu não acabei a minha questão. Eu só estou propondo o seguinte.

**P** – Eu já entendi o que você quer.

**R** – Em vez de a gente pegar e entrar propondo dividir o terreno com quem quer que seja, porque não importa quem seja, importa é que alguém é um ente privado, que não tem nada a ver, que está interessado em furar, em vez de fazer isso, preservamos o espaço e exigimos o embargo imediato da obra. É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O encaminhamento que pediram aqui é para o Fórum São Paulo sem Racismo, sentar todo mundo, forma-se uma comissão e produz uma proposta. Produzam uma proposta, porque não vamos conseguir resolver isso aqui. O Fórum Sem Racismo vai se unificar, vai se unir, vai discutir, vai tirar uma comissão. A comissão que será encaminhada ao Prefeito levando essa proposta.

Não havendo mais tempo, vou encerrar a audiência. Não dá tempo para tocar o Hino.

Está encerrada a audiência.